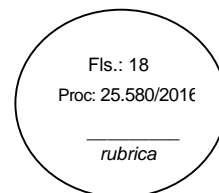




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



## **RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 07/2016**

**Processo nº:** 25.580/2016-e

**Origem:** Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - **SEGETH**

**Assunto:** Auditoria de Regularidade

**Montante em exame:** R\$ 1.330.991,79 (despesa com pagamentos em julho de 2016)

**Ementa:** Auditoria na SEGETH. PGA 2016. Decisão nº 77/2007. Cumprimento de outras decisões plenárias. Verificação da regularidade. Pagamentos de parcelas remuneratórias de servidores inativos e pensionistas. Diferenças indevidas no pagamento de parcelas componentes de abonos provisório, títulos de pensão e pagamentos atuais. Determinações e recomendações.

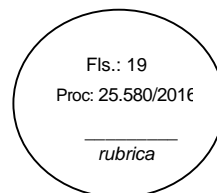
Senhor Diretor,

Trata-se de auditoria de regularidade realizada na Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – **SEGETH**, tendo por objeto examinar os pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; as providências adotadas em razão de concessões de aposentadoria julgadas legais com correção posterior e as ilegais; bem como as providências adotadas em consequência das demais decisões prolatadas por esta Corte em processos de concessões de aposentadorias e pensões e melhorias posteriores.

Esta auditoria consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2016, cuja aprovação se deu mediante Decisão Administrativa nº 67/2015, nos autos do Processo nº 35.700/2015-e.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



## **AUDITORIA DE REGULARIDADE**

# **SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO - SEGETH**

## **RELATÓRIO**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

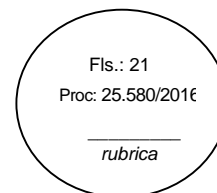


## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>LISTA DE SIGLAS</b>                              | <b>21</b> |
| <b>RESUMO</b>                                       | <b>22</b> |
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                 | <b>23</b> |
| 1.1 APRESENTAÇÃO                                    | 23        |
| 1.2 OBJETO DA AUDITORIA                             | 23        |
| 1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO                                | 23        |
| 1.4 OBJETIVOS DA AUDITORIA                          | 25        |
| 1.4.1 Objetivo Geral                                | 25        |
| 1.4.2 Objetivos Específicos – questões de auditoria | 25        |
| 1.5 ESCOPO OU ALCANCE DO EXAME                      | 25        |
| 1.6 METODOLOGIA                                     | 26        |
| 1.7 CRITÉRIOS DE AUDITORIA                          | 26        |
| <b>2 RESULTADO DA AUDITORIA</b>                     | <b>26</b> |
| 2.1 RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AUDITORIA 1 E 2         | 29        |
| 2.1.1 Achados de Auditoria                          | 29        |
| 2.1.2 Análises e Evidências                         | 30        |
| 2.1.3 Proposições                                   | 49        |
| <b>3 CONCLUSÃO</b>                                  | <b>49</b> |
| <b>4 PROPOSIÇÕES</b>                                | <b>50</b> |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

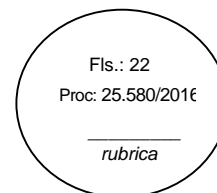


## LISTA DE SIGLAS

**ADI** – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
**ATS** – Adicional por Tempo de Serviço  
**CODEPLAN** – Companhia de Planejamento do Distrito Federal  
**CODHAB** - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
**CONDHAB** - Conselho de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
**CONPLAN** - Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal  
**DF** – Distrito Federal  
**DJ** – Diário de Justiça  
**EC** – Emprego em comissão  
**FG** – Função gratificada  
**IDHAB** - Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal  
**LC** – Lei Complementar  
**NA** – Nota de Auditoria  
**PGA** – Plano Geral de Ação  
**PGDF** – Procuradoria-Geral do Distrito Federal  
**QA** – Questão de Auditoria  
**Sedhab** - Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano  
**Sercond** - Secretaria de Regularização de Condomínios  
**SEGETH** - Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação  
**SHIS** – Sociedade de Habitação de Interesse Social  
**SIGRH**– Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos do Distrito Federal  
**SIGRHWEB**– Sistema que compartilha o banco de dados SIGRH, com outra interface.  
**SIRAC** – Sistema de Registro de Admissões e Concessões  
**Sisplan** - Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal  
**TCDF** – Tribunal de Contas do Distrito Federal  
**TJDFT** – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
**TRT** – Tribunal Regional do Trabalho  
**VPNI** – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

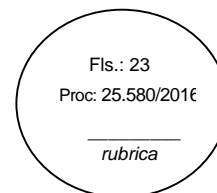


## RESUMO

A presente auditoria teve como objeto os atos praticados pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP, analisada sob a ótica da regularidade dos aspectos financeiros da folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – **SEGETH** - frente à legislação de regência, bem assim o cumprimento de determinações plenárias em concessões consideradas legais e/ou com correção posterior. Concluiu-se que as recomendações de correção posterior emanadas das decisões do Tribunal foram cumpridas em sua grande maioria, bem assim que os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, correspondem, majoritariamente, às disposições legais que regem a estrutura remuneratória dos servidores que integram a **SEGETH**.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação

A presente auditoria de regularidade consta do Plano Geral de Ação desta Corte para o exercício de 2016, cujos trabalhos foram desenvolvidos no período de 16/08/2016 a 31/10/2016.

### 1.2 Objeto da Auditoria

2. O objeto do presente trabalho consiste na verificação, sob os aspectos a seguir destacados, da folha de pagamento de pessoal inativo e pensionistas da **SEGETH**.

### 1.3 Contextualização

3. A Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - **SEGETH** é órgão da Administração Direta do Distrito Federal, com atuação e competência nas seguintes áreas:

- I – ordenamento, uso e ocupação do solo;
- II - planejamento, desenvolvimento e intervenção urbana;
- III - gestão de Brasília como patrimônio cultural da humanidade;
- IV - estudos, projetos e criação de áreas habitacionais;
- V - política habitacional;
- VI – política de regularização fundiária de áreas ocupadas; e
- VII – aprovação de projetos arquitetônicos, urbanísticos, de parcelamento do solo, e licenciamento de atividades urbanas temporárias de ocupação do território.

4. Vinculam-se à SEGETH:

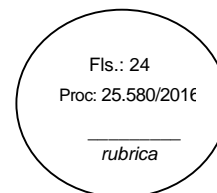
- I - Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN;
- II - Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB;
- III- Conselho de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CONDHAB;
- IV - Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Sisplan;
- e,
- V – Sistema de Habitação do Distrito Federal.

5. Cabe à SEGETH a gestão dos seguintes fundos:

C:\temp\F9EB6DDE.docx



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



- I - Fundo Habitacional do Distrito Federal;
- II - Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social;
- III - Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal.

6. A SEGETH, além das atribuições da antiga Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (Sedhab), incorporou temporariamente à sua estrutura as atividades de ordenamento territorial da Coordenadoria de Cidades, que antes era vinculada à Casa Civil, e as atribuições que cabiam à extinta Secretaria de Regularização de Condomínios (Sercond), transformadas em Subsecretarias.

7. Para desenvolver suas atividades, o órgão conta com servidores integrantes das Carreiras de Políticas Públicas e Gestão Governamental (Gestor, Analista, Assistente e Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Lei nº 5.190, de 25/09/2013), além de ocupantes de cargos em comissão com ou sem vínculo efetivo com a Administração Pública Distrital.

8. A intervenção do Controle Externo se faz presente na fiscalização da organização e estrutura remuneratória dessas carreiras, tendo em vista as prerrogativas constitucionais do Tribunal de Contas do DF.

### **Breve Avaliação da Estrutura de Pessoal e dos Controles Internos**

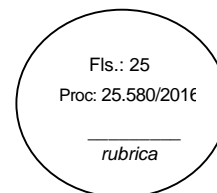
9. A Diretoria de Gestão de Pessoas conta com 10 (dez) servidores do quadro, 3 requisitados, 3 comissionados sem vínculo e 7 (sete) estagiários. O setor se encontrava relativamente bem estruturado, excetuando os arquivos que não eram suficientes para a adequada guarda de todos os documentos. Muito embora o gerente considere insuficiente o quantitativo de pessoas disponibilizado para o desempenho de suas competências, não foram informados maiores problemas resultantes dessa situação.

10. O Regimento Interno ainda não foi atualizado, em face da nova estrutura definida pelo Decreto nº 36.339, de 28/01/2015, com alterações dos Decretos nºs 37.224, de 31/03/2016 e 37.398, de 09/06/16. Os trabalhos pertinentes estão em andamento. A ausência de tal documento prejudica o princípio de controle interno **da segregação de funções**, que consiste na separação entre as funções de autorização, aprovação de operações, execução, controle e contabilização, o que deve ser efetivado expressamente na definição das atribuições de cada unidade da setorial de pessoal.

11. Tendo em conta que até o término da auditoria a entidade ainda não havia publicado o Regimento Interno, cabe recomendar a adoção das normas dispostas no Decreto nº 29.814, de 10/12/08, que disciplina diretrizes voltadas para excelência na



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



Gestão de Pessoas da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do DF, contemplando rotinas e setores de recursos humanos necessários à boa administração, inclusive prestigiando a segregação de funções.

## **1.4 Objetivos da Auditoria**

### **1.4.1 Objetivo Geral**

12. A presente auditoria tem por objetivo geral verificar a regularidade dos proventos de aposentadorias e estipêndios pensionais, dentro do contexto definido na fase de planejamento.

### **1.4.2 Objetivos Específicos – questões de auditoria**

13. Para atingir o objetivo geral da Auditoria, foram definidos dois objetivos específicos reproduzidos nas seguintes Questões de Auditoria (QA's):

**QA 1:** A SEGETH tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas "legais com recomendação posterior" e nos casos das concessões julgadas "ilegais"?

**QA 2:** Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?

## **1.5 Escopo ou Alcance do Exame**

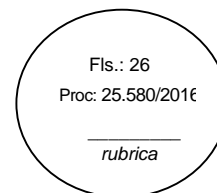
14. O escopo da Auditoria, quanto ao período em exame, compreende de forma preponderante o lapso temporal de julho de 2011 a julho de 2016.

15. Quanto às áreas fiscalizadas, o escopo dos trabalhos se estende aos setores de Recursos Humanos da SEGETH, especificamente àqueles responsáveis pela gestão de pessoas e manutenção da folha de pagamento, mediante sistema informatizado de gestão de recursos humanos (SIGRH), com ampliação dos trabalhos para outras unidades, no decorrer da auditoria, de forma a identificar procedimentos, documentação e agentes responsáveis pela adequação da sistemática de pagamentos e concessões de benefício às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



## 1.6 Metodologia

16. As estratégias metodológicas adotadas foram basicamente:

- Exame de decisões em confronto com as respectivas providências necessárias à regularização dos feitos;
- Pesquisas no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, e sua versão web, o SIGRHWEB;
- Pesquisas no Sistema de Processo Eletrônico (e-TCDF);
- Confrontação dos atos com a legislação aplicável;
- Conferência de memórias de cálculos;
- Amostragem;
- Entrevistas.

## 1.7 Critérios de Auditoria

17. Conferir a adequação das atividades e procedimentos do órgão jurisdicionado à legislação que rege a matéria, orientando-se pelos dispositivos, a exemplo de: Constituição Federal, Lei Orgânica do DF, Leis Distritais, normas regulamentares internas da SEGETH, além de Decisões, Resoluções e Enunciados de Jurisprudência do TCDF.

## 2 RESULTADO DA AUDITORIA

18. A auditoria dos processos e registros funcionais das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07) consistiu na análise da regularidade dos aspectos financeiros iniciais constantes dos abonos provisórios e/ou títulos de pensão, avaliando se as rubricas e os valores lá fixados guardavam consonância com a carreira, cargo, classificação funcional, modalidade de aposentadoria ou pensão e estrutura remuneratória vigente quando da concessão. Ultrapassada essa fase, a equipe designada passou ao exame dos pagamentos atuais da amostra selecionada. Com o intuito de obter respostas às questões de auditoria elaboradas, foram indagados os gestores responsáveis pelos setores envolvidos, objetivando identificar as razões para os procedimentos adotados pela jurisdicionada, bem como realizada uma análise frente à legislação aplicável, em face das decisões e entendimentos firmados por esta Corte de Contas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



19. A Nota de Auditoria nº 01-25880/2016-e (e-doc 35B371AE-e) objetivou trazer respostas às Questões de Auditoria (QA's) formuladas no parágrafo 13, constantes da Matriz de Planejamento (e-doc 88600514-e), materializadas na Matriz de Achados (e-doc C2AFD326-e).

20. O universo selecionado para o exame em auditoria é o sintetizado no Quadro nº 1 exposto a seguir.

**QUADRO Nº 1**

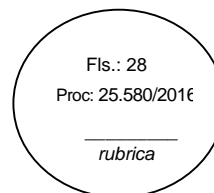
| Mat.     | Aposentado ou Pensionista          | Decisão TCDF | Instituidor | Última remuneração |
|----------|------------------------------------|--------------|-------------|--------------------|
| 0098759X | Aleixo Anderson de Souza Furtado   | 1297/2012    |             | R\$ 18.448,47      |
| 00988987 | Alexandre Vasconcelos Martins      | 3654/2015    |             | R\$ 15.232,30      |
| 0019865X | Ana Amélia Cardoso                 | 4593/2011    |             | R\$ 8.324,31       |
| 00987344 | Ana Cunha Souza                    | 5288/2012    |             | R\$ 13.100,24      |
| 00988022 | Antonio Afonso Guimarães           | 4361/2012    |             | R\$ 17.485,60      |
| 00989533 | Antonio Cezar Castello Branco      | 5722/2014    |             | R\$ 21.087,14      |
| 00989878 | Antônio Gramacho Ramos             | 4558/2012    |             | R\$ 7.684,86       |
| 00987646 | Antônio Sampaio de Alencar         | 3535/2015    |             | R\$ 17.616,90      |
| 00991082 | Benedito Cassemiro Cardoso         | 71/2013      |             | R\$ 7.907,95       |
| 00987638 | Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira | 4804/2011    |             | R\$ 18.740,22      |
| 00988251 | Cleide Ferreira de Araújo          | 3608/2011    |             | R\$ 9.431,71       |
| 00987778 | Cleide Maria da Costa Correa       | 5852/2012    |             | R\$ 13.413,82      |
| 00987905 | Clothildes Madera Dantas de Sousa  | 5979/2012    |             | R\$ 10.710,82      |
| 00989185 | Cristina Maria Ferreira Arce       | 4289/2015    |             | R\$ 15.380,17      |
| 00988243 | Divino Romualdo Duarte             | 6736/2012    |             | R\$ 11.260,31      |
| 00989029 | Edilberto Brandão de Lucena        | 564/2013     |             | R\$ 6.141,78       |
| 00988588 | Edília Ferreira Miranda            | 4287/2011    |             | R\$ 11.553,52      |
| 00989061 | Edna Ismael dos Santos             | 1363/2015    |             | R\$ 14.574,95      |
| 00987786 | Ednaldo Anselmo de Sousa           | 3259/2012    |             | R\$ 11.408,99      |
| 00987832 | Edson Germano de Oliveira          | 1253/2015    |             | R\$ 17.427,31      |
| 00990132 | Elci Ribeiro de Resende            | 1560/2015    |             | R\$ 14.850,18      |
| 00988197 | Elenice Colídio Borges             | 1197/2014    |             | R\$ 10.177,78      |
| 00988782 | Eliana Ferreira de Andrade         | 5118/2014    |             | R\$ 9.581,53       |
| 00988839 | Elvira Pereira Miranda             | 4632/2015    |             | R\$ 15.054,95      |
| 00989266 | Elza Maria Serrão Scotton          | 4599/2014    |             | R\$ 14.143,16      |
| 00990590 | Evany Ferreira da Silva            | 1493/2015    |             | R\$ 11.064,96      |
| 00987840 | Fernando Widholzer                 | 1362/2015    |             | R\$ 14.135,94      |
| 00989452 | Florcená Mendes Dias Araújo        | 6205/2011    |             | R\$ 9.843,67       |
| 00990299 | Francisco das Chagas do Nascimento | 5594/2014    |             | R\$ 9.302,90       |
| 00988146 | Genesina Silvaná de Jesus          | 2675/2012    |             | R\$ 6.523,69       |
| 00989223 | Geraldo Batista Pereira            | 243/2012     |             | R\$ 6.308,59       |
| 00988510 | Hamilton de Almeida Ramos          | 1268/2015    |             | R\$ 18.646,02      |
| 00990086 | Ieda Albuquerque                   | 6624/2011    |             | R\$ 23.928,19      |
| 00988812 | Itamar da Silva Barreto            | 733/2015     |             | R\$ 15.039,62      |
| 00987697 | Jaime Pereira da Silva             | 1002/2013    |             | R\$ 6.228,69       |
| 00800554 | Jane Santos Lemes                  | 1253/2015    |             | R\$ 14.843,40      |
| 00987735 | Jason Paranhos                     | 6112/2013    |             | R\$ 13.719,92      |
| 00988375 | João Batista Souto                 | 1296/2012    |             | R\$ 10.178,10      |

C:\temp\F9EB6DDE.docx

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

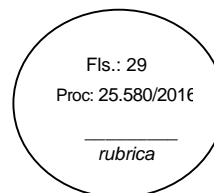


|          |   |           |  |               |
|----------|---|-----------|--|---------------|
| 01433970 | João Rodrigues de França                  | 3984/2015 |  | R\$ 7.801,32  |
| 00989479 | Joaquim Macedo Santos                     | 3011/2015 |  | R\$ 8.156,99  |
| 00988901 | Jorge Carlos Moret Rodrigues              | 1362/2015 |  | R\$ 11.927,41 |
| 00987794 | José Barbosa de Araújo                    | 1253/2015 |  | R\$ 11.564,02 |
| 00989673 | José Campina Vieira                       | 3261/2012 |  | R\$ 9.786,07  |
| 00987948 | José Jorge Lima Teixeira                  | 1899/2015 |  | R\$ 14.957,82 |
| 00988596 | José Maria Pelúcio Pereira                | 5582/2012 |  | R\$ 35.849,49 |
| 14007789 | José Ramiro Leite de Almeida              | 6068/2013 |  | R\$ 7.335,58  |
| 0098860X | Jucélia Souto Silva                       | 5102/2012 |  | R\$ 8.552,87  |
| 00987883 | Leonídio Luiz Medeiros Filho              | 4507/2011 |  | R\$ 10.232,86 |
| 00988057 | Luiz Carlos Lima Ribeiro                  | 913/2015  |  | R\$ 16.837,71 |
| 0099071X | Luiza Correia Soares                      | 3511/2015 |  | R\$ 13.436,70 |
| 00989606 | Magaly Balduino de Sousa Milhomens        | 6498/2011 |  | R\$ 26.241,77 |
| 00990019 | Manoel Barbosa da Silva                   | 2544/2015 |  | R\$ 9.038,76  |
| 00988227 | Márcio Hummel de Castro                   | 2674/2013 |  | R\$ 32.825,06 |
| 00988006 | Margarida Maria Lobo Alves da Silva       | 5155/2011 |  | R\$ 15.656,54 |
| 0098986X | Maria Aparecida Carneiro da Costa e Silva | 1253/2015 |  | R\$ 10.023,66 |
| 00990914 | Maria Beatriz Rivetti Guimarães           | 750/2015  |  | R\$ 5.008,20  |
| 00989967 | Maria Cecília Siqueira Vitorino           | 179/2016  |  | R\$ 15.186,67 |
| 00216798 | Maria Cristina Garcia Gonçalves Pereira   | 2802/2015 |  | R\$ 8.854,81  |
| 03923673 | Maria das Dores Rabelo                    | 523/2013  |  | R\$ 8.568,21  |
| 00989320 | Maria das Graças de Sales Gomes           | 3074/2012 |  | R\$ 9.638,14  |
| 14012324 | Maria de Lourdes Vieira                   | 2381/2015 |  | R\$ 8.347,81  |
| 00988723 | Maria Helena Lima Campos                  | 3268/2012 |  | R\$ 10.317,97 |
| 00988081 | Maria Lúcia Ribeiro Valério dos Santos    | 5294/2013 |  | R\$ 10.725,05 |
| 00987956 | Maria Madalena Clemente Oliveira          | 6379/2013 |  | R\$ 6.992,75  |
| 00990531 | Marilene Resende de Menezes               | 2802/2015 |  | R\$ 21.494,14 |
| 00990310 | Marilene Romani Pessoa                    | 3911/2012 |  | R\$ 14.505,45 |
| 00988049 | Marta Bastos Lacerda Santos               | 5839/2013 |  | R\$ 9.948,09  |
| 00990248 | Milton Pacheco da Silva                   | 4700/2011 |  | R\$ 10.111,59 |
| 00988359 | Milton Pinheiro de Almeida                | 3366/2012 |  | R\$ 18.488,71 |
| 00988707 | Neil Dias Abrahão                         | 5921/2013 |  | R\$ 36.115,09 |
| 00267767 | Nélia Medeiros Brito                      | 2056/2013 |  | R\$ 3.449,56  |
| 00987603 | Nicodemos Manoel de Jesus                 | 6212/2012 |  | R\$ 13.270,40 |
| 0098843X | Oriques José Moreira                      | 4547/2011 |  | R\$ 6.915,32  |
| 00988170 | Paulo Cesar de Oliveira Cruz              | 1265/2015 |  | R\$ 21.714,17 |
| 00987751 | Pedrita Maria Braille Pereira             | 5686/2014 |  | R\$ 30.705,18 |
| 00989215 | Shirley do Carmo Costa                    | 1374/2013 |  | R\$ 9.921,10  |
| 0099006X | Sidnei Neri da Mata                       | 2064/2012 |  | R\$ 13.543,35 |
| 00989924 | Silvana Cristina Bergmann de Queiroz      | 4068/2015 |  | R\$ 11.091,35 |
| 00988820 | Sílvia Helena Amorim Coronel              | 5922/2011 |  | R\$ 30.912,06 |
| 00988014 | Silvio da Paixão Paranhos                 | 4405/2012 |  | R\$ 6.980,77  |
| 00989754 | Sueli de Fatima Cascão                    | 1493/2015 |  | R\$ 13.575,61 |
| 00989991 | Tania Maria Montenegro Coelho             | 2571/2012 |  | R\$ 14.730,18 |
| 00988308 | Teresinha Martins Vieira                  | 3481/2013 |  | R\$ 10.100,01 |
| 00989371 | Therezinha José dos Santos                | 1760/2012 |  | R\$ 8.821,23  |
| 00988537 | Ubirajara Gusmão Sobrinho                 | 2878/2015 |  | R\$ 14.377,48 |
| 14009986 | Valdemar Ferreira de Moraes               | 822/2014  |  | R\$ 7.277,36  |
| 00989827 | Vanderli José Carneiro                    | 4169/2014 |  | R\$ 14.632,83 |
| 00990124 | Vicente de Paulo Lima                     | 1253/2015 |  | R\$ 10.897,85 |
| 00989053 | Vilacy Garcia Leal                        | 1493/2015 |  | R\$ 14.650,61 |
| 00987336 | Waldemar Pio Teixeira                     | 1177/2013 |  | R\$ 4.847,51  |
| 00988685 | Waldenice Jorge Peres                     | 1253/2015 |  | R\$ 10.282,01 |
| 0098874X | Wellington Fábio de Sousa                 | 4360/2015 |  | R\$ 18.561,37 |
| 00989835 | Yara Alves Ferreira Abreu                 | 2878/2015 |  | R\$ 12.041,96 |

C:\temp\F9EB6DDE.docx



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|                             |  |           |  |                         |
|-----------------------------|--|-----------|--|-------------------------|
| 00230588                    | Zelma de Albuquerque Oliveira          | 2355/2015 |  | R\$ 9.546,48            |
| 01807641                    | Antonieta Xavier Brandão               | 563/2013  | Edilberto Brandão Lucena               | R\$ 9.360,96            |
| 0114992X                    | Ciro Siqueira Lino de Mendonça         | 6494/2011 | Manoel Siqueira de França              | R\$ 1.906,31            |
| 01696424                    | Divina Oliveira de Gouvea              | 5243/2011 | Alberico Francisco de Sousa            | R\$ 4.917,08            |
| 01824414                    | João Manoel Alves da Silva Seabra      | 5477/2012 | Fernando Eduardo da Silva Otero Seabra | R\$ 8.784,51            |
| 0176120X                    | Katia Aparecida Rodrigues              | 90/2013   | Messias Garcez da Silva Neto           | R\$ 6.719,63            |
| 01824422                    | Laryssa Barbosa de Sousa               | 2591/2012 | Milton Inácio de Sousa                 | R\$ 6.431,45            |
| 01584529                    | Loide Madera Teixeira                  | 1178/2013 | Waldemar Pio Teixeira                  | R\$ 7.808,07            |
| 01692666                    | Maria de Fatima Nobre Pereira da Silva | 318/2012  | Joaquim Pereira da Silva               | R\$ 9.491,60            |
| 01119931                    | Maria Zenaide Vieira Siqueira          | 6494/2011 | Manoel Siqueira de França              | R\$ 6.785,79            |
| 01546740                    | Marieta de França Antunes Silva        | 3624/2012 | Pedro Luiz da Silva                    | R\$ 4.946,55            |
| 01741330                    | Maura de Oliveira Paranhos             | 1270/2013 | Sílvio da Paixão Paranhos              | R\$ 9.971,08            |
| 01849239                    | Rita de Cássia Soares Silva            | 1325/2013 | José Alves de Oliveira                 | R\$ 5.993,04            |
| <b>VALOR TOTAL EM EXAME</b> |  |           |  | <b>R\$ 1.330.991,79</b> |

21. Do universo selecionado, a SEGETH não disponibilizou, a tempo para a realização de auditoria, os processos relativos às seguintes aposentadorias e pensões, contidos no Quadro nº 2 que se segue.

## QUADRO Nº 2

| Mat.     | Processo TCDF | Aposentado ou Pensionista     | Instituidor                  |
|----------|---------------|-------------------------------|------------------------------|
| 00230588 | 1209/2015     | Zelma de Albuquerque Oliveira | Não se aplica                |
| 00988057 | 838/2015      | Luiz Carlos Lima Ribeiro      | Não se aplica                |
| 00989223 | 33590/2009    | Geraldo Batista Pereira       | Não se aplica                |
| 00990310 | 29787/2011    | Marilene Romani Pessoa        | Não se aplica                |
| 01696424 | 4910/2010     | Divina Oliveira de Gouvea     | Alberico Francisco de Sousa  |
| 0176120X | 26699/2011    | Katia Aparecida Rodrigues     | Messias Garcez da Silva Neto |

## 2.1 Resposta às Questões de Auditoria 1 e 2

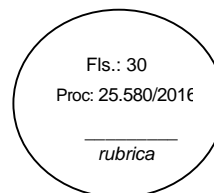
**QA 1: A SEGETH tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas "legais com recomendação posterior" e nos casos das concessões julgadas "ilegais"?**

**QA 2: Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24.185/07), encontram-se regulares?**

### 2.1.1 Achados de Auditoria



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



**A jurisdicionada cumpriu parcialmente as recomendações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior, não sendo identificadas irregularidades.**

**Não foram constatados casos de decisão considerando aposentadorias ou pensões ilegais no período analisado.**

## 2.1.2 Análises e Evidências

22. No que tange às correções a posteriori, nas concessões listadas no Quadro 3 a seguir, foi recomendado à jurisdicionada que observasse o que viesse a ser decidido no Processo nº 1.258/2011 quanto às alterações introduzidas pela Lei nº 4.517/2010 (alterada pela de nº 5.190/2013, objeto da ADI nº 2013.00.2.029533-3) na Carreira Administração Pública, atual Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal.

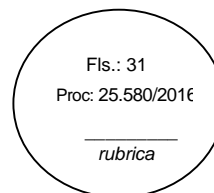
| Quadro 3 – aguardando decisão judicial (sobrestados) |                               |             |            |
|--|-------------------------------|-------------|------------|
| Mat. Nº  | Servidor                      | Processo nº | Decisão nº |
| 098953-3   | ANTONIO CEZAR CASTELLO BRANCO | 20465/2014  | 5722/2014  |
| 098906-1   | EDNA ISMAEL DOS SANTOS        | 34652/2014  | 1363/2015  |
| 099013-2   | ELCI RIBEIRO DE RESENDE       | 5573/2015   | 1560/2015  |
| 098878-2   | ELIANA FERREIRA DE ANDRADE    | 33248/2009  | 5118/2014  |
| 098926-6   | ELZA MARIA SERRÃO SCOTTON     | 13914/2014  | 4599/2014  |
| 098851-0   | HAMILTON DE ALMEIDA RAMOS     | 3392/2015   | 1268/2015  |
| 098881-2   | ITAMAR DA SILVA BARRETO       | 24118/2014  | 733/2015   |
| 098947-9   | JOAQUIM MACEDO SANTOS         | 14702/2015  | 3011/2015  |
| 098890-1   | JORGE CARLOS MORET RODRIGUES  | 33281/2014  | 1362/2015  |
| 098794-8   | JOSÉ JORGE LIMA TEIXEIRA      | 7010/2015   | 1899/2015  |
| 098853-7   | UBIRAJARA GUSMÃO SOBRINHO     | 11274/2015  | 2878/2015  |
| 1400998-6  | VALDEMAR FERREIRA DE MORAES   | 24881/2013  | 822/2014   |
| 23.058-8   | ZELMA DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA | 1209/2015   | 2355/2015  |

23. O feito em questão foi sobrestado pela Decisão nº 3.291/2011 até o desfecho do Processo nº 1.266/2011, que cuida de representação acerca da constitucionalidade dos artigos 3º e 4º da Lei nº 4.508/2010, de conteúdo idêntico às disposições questionadas no Processo nº 1.258/2011. Por sua vez, embora a ADI Nº 2013.00.2.029533-3 já tenha sido julgada em definitivo, o Processo nº 1.266/2011 se encontra sobrestado até o deslinde da ADI nº 4.594/DF, a qual examina a constitucionalidade dos retrocitados dispositivos da Lei nº 4.508/2010.

24. A ADI nº 4.594/DF ainda tramita na Excelsa Corte, estando conclusos ao



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



relator.

25. Nas concessões listadas no Quadro 4 a seguir foi recomendado à jurisdicionada que observasse o que foi decidido no Processo nº 4.111/96 (Decisão nº 3.577/11), a respeito de algumas parcelas dos proventos pagas aos servidores oriundos da SHIS.

| <b>Quadro 4 – parcelas de proventos com base no Processo nº 4.111/96<br/>(Decisão nº 3.577/11)</b> |                                     |                    |                   |
|--|-------------------------------------|--------------------|-------------------|
| <b>Mat. Nº</b>   | <b>Servidor</b>                     | <b>Processo nº</b> | <b>Decisão nº</b> |
| 098759-X   | ALEIXO ANDERSON DE SOUZA FURTADO    | 33302/2009         | 1297/2012         |
| 098802-2   | ANTONIO AFONSO GUIMARÃES            | 32346/2011         | 4361/2012         |
| 098987-8   | ANTÔNIO GRAMACHO RAMOS              | 32303/2011         | 4558/2012         |
| 098763-8   | CIRO VOLTAIRE SALDANHA DE OLIVEIRA  | 1417/2001          | 4804/2011         |
| 098825-1   | CLEIDE FERREIRA DE ARAÚJO           | 1411/2001          | 3608/2011         |
| 098777-8   | CLEIDE MARIA DA COSTA CORREA        | 29736/2011         | 5852/2012         |
| 098824-3   | DIVINO ROMUALDO DUARTE              | 37917/2011         | 6736/2012         |
| 098858-8   | EDÍLIA FERREIRA MIRANDA             | 1555/2001          | 4287/2011         |
| 098837-5   | JOÃO BATISTA SOUTO                  | 32713/2009         | 1296/2012         |
| 098967-3   | JOSÉ CAMPINA VIEIRA                 | 31943/2011         | 3261/2012         |
| 098788-3   | LEONÍDIO LUIZ MEDEIROS FILHO        | 1508/2001          | 4507/2011         |
| 098960-6   | MAGALY BALDUÍNO DE SOUSA MILHOMENS  | 7655/2011          | 6498/2011         |
| 098822-7   | MÁRCIO HUMMEL DE CASTRO             | 27720/2012         | 2674/2013         |
| 098800-6   | MARGARIDA MARIA LOBO ALVES DA SILVA | 1419/2001          | 5155/2011         |
| 099031-0   | MARILENE ROMANI PESSOA              | 29787/2011         | 3911/2012         |
| 099024-8   | MILTON PACHECO DA SILVA             | 1414/2001          | 4700/2011         |
| 098843-X   | ORIQUEZ JOSÉ MOREIRA                | 19280/2010         | 4547/2011         |
| 098882-0   | SILVIA HELENA AMORIM CORONEL        | 2920/2011          | 5922/2011         |
| 098937-1   | THEREZINHA JOSÉ DOS SANTOS          | 28721/2011         | 1760/2012         |

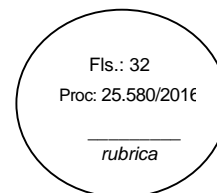
26. O Processo nº 4.111/96 trata de Representação nº 03/96 – MF, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre o regime jurídico dos servidores do extinto Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (IDHAB), oriundos da extinta SHIS e redistribuídos para o Quadro de Pessoal da então Secretaria Estado de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente, atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

27. Por meio da Decisão nº 3.577/2011, adotada nos autos do processo sobredito, o Tribunal deliberou sobre providências adotadas pela jurisdicionada em atenção à Decisão nº 1.873/2007, bem assim determinou providências saneadoras. Em relação às parcelas dos proventos pagos aos servidores oriundos da SHIS, importa correlacionar as determinações dispostas nos itens IV e V da referida decisão, com as providências adotadas pelo órgão e o exame da matéria.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



28. O item IV da Decisão nº 3.577/2011 assim dispôs:

“IV - no tocante à vantagem pessoal decorrente do exercício de emprego em comissão ou função de confiança na extinta SHIS, reiterar os termos do item V da Decisão nº 1.873/2007 (no tocante à vantagem pessoal decorrente do exercício de emprego em comissão ou função de confiança na extinta SHIS, verifique a possibilidade jurídica de aplicar o que deflui do Anexo II da Lei nº 804/1994 e, por via de consequência, o disposto na legislação própria do regime estatutário), assunto que será objeto de verificação em futura auditoria;”

29. Em auditoria, verificou-se que a jurisdicionada:

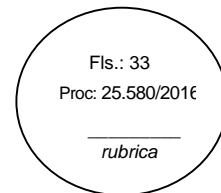
- a) realizou trabalho de apuração das incorporações devidas, com base em parecer da Douta Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador do Distrito Federal, editando a Instrução de Serviço nº 71, de 9 de dezembro de 1999 (publicada no DODF de 10/12/1999 e republicada no DODF de 13/12/1999), com a relação de servidores contemplados com incorporação de décimos;
- b) a teor do Anexo II da Lei nº 804/94, correlacionou os cargos EC's da SHIS com os cargos em comissão do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – IDHAB, aplicando-se a legislação do regime estatutário (Leis nºs 1.004/96, 1.141/96 e 1.864/98); e
- c) no caso das Funções Gratificadas – FG's, o extinto IDHAB computou as chefias exercidas até 12/12/1994, data em que a SHIS foi transformada no IDHAB (autarquia). Posteriormente, os valores foram incorporados na proporção de décimos e transformados em VPNI da Lei nº 4.584/11.

30. Tendo em conta que a SHIS (empresa pública) foi transformada no IDHAB (autarquia) em 15.12.94 (Lei nº 804/1994), aliado à aplicação do regime estatutário aos ex-empregados da extinta SHIS (item II da Decisão nº 1.873/2007-TCDF), a incorporação das Funções Gratificadas – FG's ampara-se na Decisão Normativa nº 01, de 31 de maio de 1995, segundo a qual a incorporação de vantagens com base no exercício de funções de confiança na Administração Indireta (empresas públicas e sociedades de economia mista), por servidor do Distrito Federal, incluído no Regime Jurídico Único, é aceita pela Corte até 19.01.95.

31. Portanto, a incorporação dos FG's está abrangida pelo estipulado na referida decisão normativa, visto que as funções envolvidas foram exercidas na SHIS anteriormente à data limite estabelecida (19.01.95).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



32. O Anexo II da Lei nº 804/94 faz correlação entre os cargos em comissão da extinta SHIS com os cargos do IDHAB/DF, depreendendo compatibilidade de atribuições do cargo comissionado extinto com o cargo semelhante da nova estrutura do IDHAB/DF. Entende-se que a correlação propiciou a incorporação dos cargos com base na sistemática própria do regime estatutário.

33. Já, o item V da Decisão nº 3.577/2011 foi assim grafado:

**“V** - determinar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências:

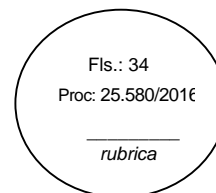
- a) suprimir a sistemática de incorporação de cargos com fundamento na Resolução nº 011/95, regulamentada pela Instrução Normativa nº 003/95, adotando critérios previstos em legislação do regime estatutário (Leis nºs 6.732/79, 8.911/94, 1.004/96, 1.141/96 e 1.864/98) e na forma do anexo II da Lei nº 804/94, sem olvidar a uniformização dos entendimentos e procedimentos sobre a incorporação de vantagens decorrentes do exercício de funções/cargos comissionados consubstanciada na Decisão nº 3.395/99, proferida no Processo nº 3.871/96;”
- b) apresentar cópia das principais peças da Ação nº 1.865/90, TRT - 10ª Região, em especial do inteiro teor da decisão que certifica o trânsito em julgado, a fim de esclarecer se resultou na incorporação do Plano Collor (84,32%), caso em que se poderá adotar o entendimento do TCDF firmado na Decisão nº 2.463/2000; ou se houve decisão apenas quanto ao deferimento do reajuste, estando, assim, correta a sua supressão efetuada em maio/2009;
- c) informar o número, teor da decisão de mérito e providências adotadas em relação à ação judicial ajuizada pelos empregados da extinta SHIS, pleiteando a liberação dos valores bloqueados de FGTS, junto à Caixa Econômica Federal, referenciada no item 19 da Nota Técnica nº 411-000.004/2007 - GERHU, da SEDUMA;
- d) observar o entendimento constante da Informação nº 33/2010 DLDD/SUGEP, formulada nos autos do Processo nº 0390.000.026/2010 - SEPLAG, no sentido de expressar em valor, a contar a partir de 1º de outubro de 2009, a VPNI a que se refere o § 1º do art. 41 da Lei nº 4.426/09, não podendo mais, a partir de então, ser expressa em percentual, bem como permanecer qualquer vantagem oriunda do regime celetista, inclusive as decorrentes de decisões judiciais, devendo incidir, apenas, os reajustes gerais aplicados aos vencimentos dos servidores públicos distritais, dispensando-se, em face da boa-fé dos servidores, do caráter alimentar dos estipêndios, da presunção de legitimidade do ato administrativo e de eventual erro de interpretação cometido pela Administração, o ressarcimento dos valores percebidos erroneamente desde a edição da referida lei;

34. No que se refere à alínea “a” do item V antes transcrito, verificou-se que o





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



então IDHAB suprimiu a incorporação de quintos com base na Resolução nº 011/95 e implementou a incorporação de décimos, nos moldes da legislação estatutária (Leis nºs 1.004/96, 1.141/96 e 1.864/98), ressaltando as informações explicitadas no item anterior.

35. Quanto à alínea “b”, V da multicitada Decisão, cabe informar que o TCDF julgou regular a supressão, em maio de 2009, da parcela decorrente do Plano Collor (84,32%), em razão do teor da decisão, transitada em julgado, proferida pela 9ª Vara do Trabalho de Brasília – TRT 10ª Região, nos autos do Processo nº 1.865/90, a teor do item “II.b” da Decisão nº 4.331/2012.

36. No que tange à alínea “c”, V, importa mencionar que a diligência já foi considerada atendida, conforme se vê do item “II.a” da Decisão nº 4.331/2012.

37. Já, no que diz respeito ao atendimento da alínea “d”, V, da Decisão nº 3.577/2011, verificou-se que a SEGETH ajustou a parcela VPNI disposta no § 3º do art. 11 da Lei nº 804/1994, dos servidores inativos e ativos da extinta SHIS, conforme regra de enquadramento, que para ser melhor explicada, cabe-nos tecer algumas considerações.

38. A referida VPNI foi inicialmente ajustada em termos percentuais, com fulcro no item IV da Decisão nº 1.873/2007, e, posteriormente foi expressa em valor, a contar de outubro de 2009, em atendimento à determinação disposta no item “V.d” da Decisão nº 3.577/2011.

39. No que se refere à fixação de percentuais, para facilitar a visualização, toma-se como exemplo o cálculo relativo à matrícula nº 98.784-0, da nossa amostra de trabalho, para demonstrar as duas metodologias elaboradas pela jurisdicionada para definir a VPNI em percentual e em valor. O quadro que se segue, em verdade é um retrato da planilha de cálculo em excel utilizada pela jurisdicionada para apuração individual da referida VPNI.

**I – Metodologia para apuração da VPNI, a teor da Decisão nº 1873/2007(percentual):**

| DECISÃO TCDF Nº 1873/2007, DE 26/04/2007   |                   |  |  |  |  |  |
|--|-------------------|--|--|--|--|--|
| AJUSTE DO PAGAMENTO DA PARCELA VANTAGEM PESSOAL NOMINALMENTE IDENTIFICADA - VPNI AO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 11, DA LEI 804/1994 |                   |  |  |  |  |  |
|  |                   |  |  |  |  |  |
| REMUNERAÇÃO EM ABRIL DE 2009   |                   |  |  |  |  |  |
| Exemplo (a1)   |                   |  |  |  |  |  |
| NÍVEL MÉDIO  |                   |  |  |  |  |  |
| Nome: FERNANDO WIDHOLZER   | Matrícula 98784-0 |  |  |  |  |  |

C:\temp\F9EB6DDE.docx



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.: 35  
Proc: 25.580/2016

rubrica

|  |              |  |          |   |               |
|--|--------------|--|----------|---|---------------|
| Cargo exercido na SHIS: Assistente Técnico de Administração, Nível 07, Padrão E              |              |  |          |   |               |
| Enquadramento no IDHAB-DF: Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III (*) |              |  |          |   |               |
|  |              |  |          |   |               |
| <b>FORMA DE REMUNERAÇÃO PAGA</b>   |              | <b>FORMA DE REMUNERAÇÃO PROPOSTA</b>         |          |   |               |
| DISCRIMINAÇÃO  | VALOR        | DISCRIMINAÇÃO                                |          |   | VALOR         |
| Vencimento   | R\$ 635,00   | Vencimento                                   |          |   | R\$ 635,00    |
| GDO Lei 3.824/20   | R\$ 1.269,96 | Adicional de Tempo de Serviço                | 36       | % | R\$ 304,80    |
| Adicional Por Tempo de Serviço (36%)   | R\$ 1.285,57 | GDAT Lei 2775/20                             |          |   | R\$ 1.947,31  |
| GDAT Lei 2775/200  | R\$ 1.947,31 | GDO Lei 3.824/20                             |          |   | R\$ 1.269,96  |
| Complementação Salarial Lei 804/1994   | R\$ 2.724,38 | Parcela Individual                           |          |   | R\$ 59,87     |
| Vantagem Pessoal Resolução 18/1983-CPP (16,66%)  | R\$ 594,93   | Auxílio Alimentação                          |          |   | R\$ 198,00    |
| Incorporação Grat. Empregados Dec. Jud. (16,66%)   | R\$ 594,93   | Opção 40 horas                               |          |   | R\$ 211,66    |
| Parcela Individual   | R\$ 59,87    | Abono Permanência                            |          |   | R\$ 1.025,59  |
| Aux. Alimentação   | R\$ 198,00   | Subtotal                                     |          |   | R\$ 5.652,19  |
| Opção 40 horas   | R\$ 211,66   | VPNI - Lei 804/1994 (Decisão 1873/2007-TCDF) | 578,1556 | % | R\$ 4.895,01  |
| Abono Permanência  | R\$ 1.025,59 |  |          |   |               |
| Total  | R\$10.547,20 | Total  |          |   | R\$ 10.547,20 |

40. A metodologia consistiu em comparar as parcelas celetistas (dos empregos da extinta SHIS) com as parcelas da remuneração das Carreiras Administração Pública e Procurador Autárquico, e o valor excedente foi transformado em VPNI expresso em percentual. (Item IV da Decisão nº 1.873/2007).

41. Assim, no quadro acima, o valor excedente de R\$ 4.895,01 dividido por R\$ 846,66 = R\$ 635,00 (vencimento) + R\$ 211,66 (opção 40 horas) resultou no percentual de **578,1556**.

42. Essa metodologia foi aplicada para servidores ativos e inativos, observando que o parâmetro para os inativos foi correlacionar as vantagens celetistas com a remuneração da Carreira de Administração Pública, 30 horas. Alguns servidores ativos posteriormente optaram por trabalhar 40 horas, razão pela qual fizeram jus à parcela opção 40 horas (Lei nº 2.663/2001).

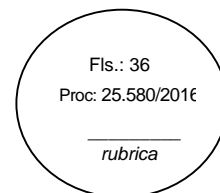
43. Adite-se que o assunto envolvendo a elaboração da metodologia sobredita e descrição das parcelas remuneratórias já foi levado ao conhecimento do Tribunal, por meio dos autos dos Processos nºs 4.111/96 e 2.393/2009. Assim, não cabem maiores comentários.

## **II – Metodologia para apuração da VPNI do item “II.d” da Decisão nº 3.577/2011 (VALOR FIXO):**

C:\temp\F9EB6DDE.docx



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



44. Quanto à conversão dos valores expressos em percentuais para valores fixos, a jurisdicionada procedeu como se segue:

- a) em primeiro lugar, a SEGETH aproveitou a VPNI expressa em percentual dos servidores ativos e inativos, conforme metodologia elaborada em atenção à Decisão nº 1.873/2007, explicitada no item anterior;
- b) posteriormente, definiu a nova classificação funcional dos servidores resultante do reposicionamento deferido no art. 41 da Lei nº 4.426/09<sup>1</sup>.

45. Desse modo, o valor da VPNI resultou da aplicação do percentual da VPNI sobre o novo valor dos vencimentos/proventos. Por exemplo, no caso da matrícula nº 98.784-0, demonstrada no item anterior, o percentual de **578,1556%** foi aplicado sobre R\$ 1.055,38, valor da nova classificação funcional em 01/10/2009: Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, S, 3. Assim, a VPNI expressa em valor resultou em **R\$ 6.101,75** (R\$ 1.055,38 x 578,1556%).

46. Nos trabalhos de auditoria, correlacionamos em excel a consistência do novo enquadramento dos servidores e o valor resultante da VPNI, detectando pequenas divergências, que serão objeto de diligência à jurisdicionada para os devidos esclarecimentos. No Sigrhweb, verificamos que o valor da VPNI apurado em outubro de 2009 não sofreu alteração.

47. Em decorrência da metodologia adotada pela Jurisdicionada na apuração do valor fixo de que trata a Lei nº 4.426/2009, em relação à complementação salarial da Lei nº 804/94, bem como considerando as demais normas que regem a apuração de décimos e valores de vencimentos e gratificações relacionadas às carreiras em exame, identificaram-se diversas diferenças entre os valores de parcelas consideradas pela SEGETH e as calculadas em auditoria, no âmbito de abonos provisórios, títulos de pensão, nas últimas remunerações recebidas e nas remunerações atuais até julho de 2016.

48. Primeiramente, no Quadro 5 a seguir, listam-se os aposentados e pensionistas sobre os quais não identificamos erros na confecção do abono provisório

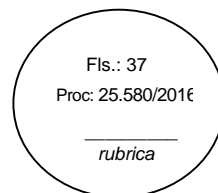
---

<sup>1</sup>(...)Art. 41. Os servidores da carreira Administração Pública oriundos da extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social – SHIS ficam reposicionados na tabela de escalonamento vertical de seus respectivos cargos, independentemente de aferição de mérito, de acordo com o tempo de serviço apurado desde 8 de dezembro de 1994 até a presente data, observado como parâmetro: I – de 8 de dezembro de 1994 até 30 de junho de 2003, 1 (um) padrão para cada 18 (dezoito) meses de efetivo exercício; II – de 1º de julho de 2003 até a data de publicação desta Lei, 1 (um) padrão para cada 12 (doze) meses de efetivo exercício.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



ou título de pensão, bem como nos valores relativos à última remuneração ou à remuneração recebida até julho de 2016.

**QUADRO Nº 5**

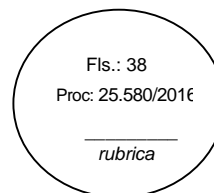
| MATRÍCULA | APOSENTADO OU PENSIONISTA            | RESULTADO DA AVLIAÇÃO EM AUDITORIA         |
|-----------|--------------------------------------|--|
| 00988987  | Alexandre Vasconcelos Martins        | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00991082  | Benedito Cassemiro Cardoso           | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989029  | Edilberto Brandão de Lucena          | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989061  | Edna Ismael dos Santos               | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00990132  | Elci Ribeiro de Resende              | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00988782  | Eliana Ferreira de Andrade           | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989266  | Elza Maria Serrão Scotton            | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00990590  | Evany Ferreira da Silva              | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00987840  | Fernando Widholzer                   | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989452  | Florcena Mendes Dias Araújo          | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00990299  | Francisco das Chagas do Nascimento   | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00990086  | Ieda Albuquerque                     | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00988812  | Itamar da Silva Barreto              | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 01433970  | João Rodrigues De França             | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00988901  | Jorge Carlos Moret Rodrigues         | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 14007789  | José Ramiro Leite de Almeida         | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989606  | Magaly Balduino de Sousa Milhomens   | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00988227  | Márcio Hummel de Castro              | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 03923673  | Maria das Dores Rabelo               | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989320  | Maria das Graças De Sales Gomes      | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 14012324  | Maria de Lourdes Vieira              | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00988723  | Maria Helena Lima Campos             | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00987956  | Maria Madalena Clemente Oliveira     | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989924  | Silvana Cristina Bergmann de Queiroz | Abono provisório OK. Remuneração atual OK. |
| 00988820  | Silvia Helena Amorim Coronel         | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00988014  | Silvio da Paixão Paranhos            | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989215  | Shirley do Carmo Costa               | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989754  | Sueli de Fátima Cascão               | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00989991  | Tania Maria Montenegro Coelho        | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00988308  | Teresinha Martins Vieira             | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00988537  | Ubirajara Gusmão Sobrinho            | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 14009986  | Valdemar Ferreira de Moraes          | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 00988685  | Waldenice Jorge Peres                | Abono provisório OK. Remuneração atual OK  |
| 01741330  | Maura de Oliveira Paranhos           | Título de Pensão OK. Pensão atual OK       |
| 01849239  | Rita de Cássia Soares Silva          | Título de Pensão OK. Pensão atual OK       |

C:\temp\F9EB6DDE.docx

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



49. O Quadro 6 a seguir sintetiza, segregado por matrícula, as diferenças apuradas nas parcelas constantes dos abonos provisórios inseridos nos processos da jurisdição examinados em auditoria. Essas diferenças são explicadas de forma individualizada no Quadro Anexo nº 1 ao presente relatório de auditoria.

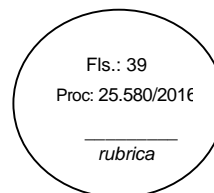
**QUADRO Nº 6**

| MAT.     | NOME                               | DOCUMENTO A CORRIGIR | REF.   | RUBRICA                        | VALOR INCORRETO | VALOR CORRETO | DIFERENÇA     |
|----------|------------------------------------|----------------------|--------|--------------------------------|-----------------|---------------|---------------|
| 0098759X | Aleixo Anderson de Souza Furtado   | Abono provisório     | 122003 | ATS                            | R\$ 1.274,64    | R\$ 1.173,22  | R\$ 101,42    |
|          |                                    |                      |        | Décimos 1004/96                | R\$ 1.778,70    | R\$ 2.153,47  | -R\$ 374,77   |
|          |                                    |                      |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 941,42      | R\$ 592,30    | R\$ 349,12    |
|          |                                    |                      |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 941,42      | R\$ 592,30    | R\$ 349,12    |
| 0019865X | Ana Amélia Cardoso                 | Abono provisório     | 012009 | GDO Lei 3824/2006              | R\$ 952,50      | R\$ 1.269,98  | -R\$ 317,48   |
| 00987344 | Ana Cunha Souza                    | Abono provisório     | 112000 | ATS                            | R\$ 861,47      | R\$ 430,63    | R\$ 430,84    |
|          |                                    |                      |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 422,14      | R\$ 211,01    | R\$ 211,13    |
|          |                                    |                      |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 422,12      | R\$ 211,01    | R\$ 211,11    |
| 00988022 | Antonio Afonso Guimarães           | Abono provisório     | 042002 | Décimos 1004/96                | R\$ 2.059,82    | R\$ 1.872,26  | R\$ 187,56    |
|          |                                    |                      |        | GDAT Lei 2775/2001             | R\$ 1.008,00    | R\$ 1.176,00  | -R\$ 168,00   |
|          |                                    |                      |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 970,90      | R\$ 447,85    | R\$ 523,05    |
|          |                                    |                      |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 970,90      | R\$ 447,85    | R\$ 523,05    |
| 00989533 | Antonio Cezar Castello Branco      | Abono provisório     | 042011 | Décimos 1004/96                | R\$ 777,81      | R\$ 585,95    | R\$ 191,86    |
| 00989878 | Antônio Gramacho Ramos             | Abono provisório     | 122003 | Décimos 1004/96                | R\$ 110,42      | R\$ 120,86    | -R\$ 10,44    |
|          |                                    |                      |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 293,94      | R\$ 274,58    | R\$ 19,36     |
|          |                                    |                      |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 293,94      | R\$ 274,58    | R\$ 19,36     |
| 00987646 | Antônio Sampaio De Alencar         | Abono provisório     | 072012 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 1.606,31    | R\$ 1.209,90  | R\$ 396,41    |
| 00987638 | Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira | Abono provisório     | 112000 | ATS                            | R\$ 1.222,12    | R\$ 545,90    | R\$ 676,22    |
|          |                                    |                      |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 636,26      | R\$ 284,21    | R\$ 352,05    |
|          |                                    |                      |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 636,26      | R\$ 284,21    | R\$ 352,05    |
| 00987778 | Cleide Maria da Costa Correa       | Abono provisório     | 012002 | ATS                            | R\$ 1.148,28    | R\$ 669,37    | R\$ 478,91    |
|          |                                    |                      |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 659,67      | R\$ 384,54    | R\$ 275,13    |
|          |                                    |                      |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 659,67      | R\$ 384,54    | R\$ 275,13    |
| 00987905 | Clothildes Madera Dantas de Sousa  | Abono provisório     | 122003 | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 3.264,13    | R\$ 1.793,95  | R\$ 1.470,18  |
|          |                                    |                      |        | ATS                            | R\$ 166,56      | R\$ 722,69    | -R\$ 556,13   |
| 00989185 | Cristina Maria Ferreira Arce       | Abono provisório     | 092010 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 207,24      | R\$ 209,31    | -R\$ 2,07     |
| 00988243 | Divino Romualdo Duarte             | Abono provisório     | 102009 | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 3.861,49    | R\$ 5.302,57  | -R\$ 1.441,08 |
|          |                                    |                      |        | Décimos 1004/96                | R\$ 71,84       | R\$ 83,76     | -R\$ 11,92    |
| 00988588 | Edília Ferreira Miranda            | Abono provisório     | 022001 | ATS                            | R\$ 591,12      | R\$ 371,35    | R\$ 219,77    |
|          |                                    |                      |        | Décimos 1004/96                | R\$ 31,27       | R\$ 52,12     | -R\$ 20,85    |
|          |                                    |                      |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 339,53      | R\$ 213,33    | R\$ 126,20    |
|          |                                    |                      |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 339,53      | R\$ 213,33    | R\$ 126,20    |
| 00987786 | Ednaldo Anselmo de Sousa           | Abono provisório     | 012010 | Décimos 1004/96                | R\$ 79,01       | R\$ 83,76     | -R\$ 4,75     |
| 00987832 |                                    |                      | 062010 | VPNI Lei nº 804/94             | R\$ 7.438,33    | R\$ 7.459,43  | -R\$ 21,10    |

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



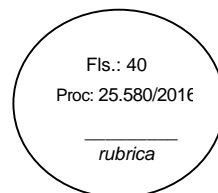
|          |                              |                  |        |                                |              |              |               |
|----------|------------------------------|------------------|--------|--------------------------------|--------------|--------------|---------------|
|          | Edson Germano de Oliveira    | Abono provisório |        | Décimos 1004/96                | R\$ 1.218,15 | R\$ 1.209,90 | R\$ 8,25      |
| 00988197 | Elenice Colídio Borges       | Abono provisório | 032003 | Proventos Lei nº 580/94        | R\$ 514,27   | R\$ 519,41   | -R\$ 5,14     |
|          |                              |                  |        | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 1.741,56 | R\$ 1.758,98 | -R\$ 17,42    |
|          |                              |                  |        | ATS                            | R\$ 714,23   | R\$ 683,52   | R\$ 30,71     |
|          |                              |                  |        | Décimos 1004/96                | R\$ 129,28   | R\$ 249,71   | -R\$ 120,43   |
|          |                              |                  |        | GDAT Lei 2775/2001             | R\$ 1.079,96 | R\$ 1.090,76 | -R\$ 10,80    |
|          |                              |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 396,63   | R\$ 379,58   | R\$ 17,05     |
|          |                              |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 396,63   | R\$ 379,58   | R\$ 17,05     |
| 00988839 | Elvira Pereira Miranda       | Abono provisório | 082010 | Décimos 1004/96                | R\$ 82,65    | R\$ 96,62    | -R\$ 13,97    |
| 00988146 | Genesina Silvanía de Jesus   | Abono provisório | 022003 | Proventos Lei nº 580/94        | R\$ 364,00   | R\$ 367,64   | -R\$ 3,64     |
|          |                              |                  |        | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 836,69   | R\$ 845,06   | -R\$ 8,37     |
|          |                              |                  |        | ATS                            | R\$ 348,56   | R\$ 339,56   | R\$ 9,00      |
|          |                              |                  |        | Décimos 1004/96                | R\$ 44,18    | R\$ 86,94    | -R\$ 42,76    |
|          |                              |                  |        | GDAT Lei 2775/2001             | R\$ 764,40   | R\$ 772,04   | -R\$ 7,64     |
|          |                              |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 207,39   | R\$ 202,04   | R\$ 5,35      |
|          |                              |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 207,39   | R\$ 202,04   | R\$ 5,35      |
| 00988510 | Hamilton de Almeida Ramos    | Abono provisório | 082012 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 2.166,75 | R\$ 1.691,80 | R\$ 474,95    |
| 00987697 | Jaime Pereira da Silva       | Abono provisório | 122004 | Proventos Lei nº 580/94        | R\$ 350,87   | R\$ 367,64   | -R\$ 16,77    |
|          |                              |                  |        | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 1.644,78 | R\$ 1.724,38 | -R\$ 79,60    |
|          |                              |                  |        | ATS                            | R\$ 715,99   | R\$ 690,37   | R\$ 25,62     |
|          |                              |                  |        | GDAT Lei 2775/2001             | R\$ 806,54   | R\$ 845,57   | -R\$ 39,03    |
|          |                              |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 361,46   | R\$ 348,53   | R\$ 12,93     |
|          |                              |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 361,46   | R\$ 348,53   | R\$ 12,93     |
| 00800554 | Jane Santos Lemes            | Abono provisório | 092010 | Décimos 1004/96                | R\$ 1.594,13 | R\$ 1.584,72 | R\$ 9,41      |
| 00987735 | Jason Paranhos               | Abono provisório | 012002 | ATS                            | R\$ 915,12   | R\$ 669,36   | R\$ 245,76    |
|          |                              |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 525,72   | R\$ 384,54   | R\$ 141,18    |
|          |                              |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 525,72   | R\$ 384,54   | R\$ 141,18    |
| 00988375 | João Batista Souto           | Abono provisório | 092003 | ATS                            | R\$ 597,16   | R\$ 562,26   | R\$ 34,90     |
|          |                              |                  |        | Décimos 1004/96                | R\$ 129,28   | R\$ 246,99   | -R\$ 117,71   |
|          |                              |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 368,47   | R\$ 346,94   | R\$ 21,53     |
|          |                              |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 368,47   | R\$ 346,94   | R\$ 21,53     |
| 00987794 | José Barbosa de Araújo       | Abono provisório | 062010 | Décimos 1004/96                | R\$ 89,80    | R\$ 104,70   | -R\$ 14,90    |
| 00989673 | José Campina Vieira          | Abono provisório | 012010 | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 2.920,51 | R\$ 4.010,42 | -R\$ 1.089,91 |
|          |                              |                  |        | Décimos 1004/96                | R\$ 70,54    | R\$ 86,94    | -R\$ 16,40    |
| 00987948 | José Jorge Lima Teixeira     | Abono provisório | 062012 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 791,88   | R\$ 588,78   | R\$ 203,10    |
| 0098860X | Jucélia Souto Silva          | Abono provisório | 032003 | Proventos Lei nº 580/94        | R\$ 364,00   | R\$ 367,64   | -R\$ 3,64     |
|          |                              |                  |        | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 1.609,17 | R\$ 1.625,26 | -R\$ 16,09    |
|          |                              |                  |        | ATS                            | R\$ 532,75   | R\$ 538,08   | -R\$ 5,33     |
|          |                              |                  |        | GDAT Lei 2775/2001             | R\$ 764,40   | R\$ 772,04   | -R\$ 7,64     |
|          |                              |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 328,73   | R\$ 332,02   | -R\$ 3,29     |
|          |                              |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 328,73   | R\$ 332,02   | -R\$ 3,29     |
| 00987883 | Leonídio Luiz Medeiros Filho | Abono provisório | 112000 | ATS                            | R\$ 368,15   | R\$ 341,96   | R\$ 26,19     |
|          |                              |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 227,16   | R\$ 211,00   | R\$ 16,16     |
|          |                              |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 227,16   | R\$ 211,00   | R\$ 16,16     |
| 0099071X | Luiza Correia Soares         | Abono provisório | 092011 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 1.697,15 | R\$ 1.290,14 | R\$ 407,01    |
| 00990019 | Manoel Barbosa da Silva      | Abono provisório | 062012 | VPNI Lei nº 804/94             | R\$ 3.239,96 | R\$ 3.255,80 | -R\$ 15,84    |
| 00988006 |                              |                  | 112000 | ATS                            | R\$ 634,05   | R\$ 464,40   | R\$ 169,65    |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |   |                  |        |                                |               |               |               |
|----------|---|------------------|--------|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|
|          | Margarida Maria Lobo Alves da Silva       | Abono provisório |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 391,23    | R\$ 286,55    | R\$ 104,68    |
|          |   |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 391,23    | R\$ 286,55    | R\$ 104,68    |
| 0098986X | Maria Aparecida Carneiro da Costa e Silva | Abono provisório | 062010 | Décimos 1004/96                | R\$ 948,33    | R\$ 941,60    | R\$ 6,73      |
| 00990914 | Maria Beatriz Rivetti Guimarães           | Abono provisório | 042001 | ATS                            | R\$ 123,97    | R\$ 82,65     | R\$ 41,32     |
| 00989967 | Maria Cecília Siqueira Vitorino           | Abono provisório | 092010 | ATS                            | R\$ 743,26    | R\$ 701,20    | R\$ 42,06     |
| 00216798 | Maria Cristina Garcia Gonçalves Pereira   | Abono provisório | 072012 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 638,52    | R\$ 471,80    | R\$ 166,72    |
| 00988081 | Maria Lúcia Ribeiro Valério dos Santos    | Abono provisório | 042003 | Proventos Lei nº 580/94        | R\$ 500,73    | R\$ 505,74    | -R\$ 5,01     |
|          |   |                  |        | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 1.609,15  | R\$ 1.625,25  | -R\$ 16,10    |
|          |   |                  |        | ATS                            | R\$ 793,03    | R\$ 639,30    | R\$ 153,73    |
|          |   |                  |        | Décimos 1004/96                | R\$ 487,27    | R\$ 483,96    | R\$ 3,31      |
|          |   |                  |        | GDAT Lei 2775/2001             | R\$ 1.051,54  | R\$ 1.062,06  | -R\$ 10,52    |
|          |   |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 581,22    | R\$ 355,02    | R\$ 226,20    |
|          |   |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 581,22    | R\$ 355,02    | R\$ 226,20    |
| 00990531 | Marilene Resende de Menezes               | Abono provisório | 062012 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 254,03    | R\$ 201,32    | R\$ 52,71     |
|          |   |                  |        | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 204,33    | R\$ 131,57    | R\$ 72,76     |
| 00988049 | Marta Bastos Lacerda Santos               | Abono provisório | 012002 | ATS                            | R\$ 635,41    | R\$ 653,41    | -R\$ 18,00    |
| 00990248 | Milton Pacheco da Silva                   | Abono provisório | 112000 | ATS                            | R\$ 282,94    | R\$ 237,22    | R\$ 45,72     |
|          |   |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 224,47    | R\$ 188,19    | R\$ 36,28     |
|          |   |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 224,47    | R\$ 188,19    | R\$ 36,28     |
| 00988359 | Milton Pinheiro de Almeida                | Abono provisório | 032010 | Incorporação décimos IN 3/95   | R\$ 143,99    | R\$ 174,53    | -R\$ 30,54    |
|          |   |                  |        | Incorporação décimos IN 3/95   | R\$ 1.827,00  | R\$ 1.811,86  | R\$ 15,14     |
| 00267767 | Nélia Medeiros Brito                      | Abono provisório | 112005 | ATS                            | R\$ 76,92     | R\$ 48,72     | R\$ 28,20     |
| 00987603 | Nicodemos Manoel de Jesus                 | Abono provisório | 042010 | Décimos 1004/96                | R\$ 125,42    | R\$ 137,39    | -R\$ 11,97    |
| 0098843X | Oriques José Moreira                      | Abono provisório | 052003 | Proventos                      | R\$ 309,40    | R\$ 312,49    | -R\$ 3,09     |
|          |   |                  |        | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 1.161,54  | R\$ 1.173,16  | -R\$ 11,62    |
|          |   |                  |        | ATS                            | R\$ 411,96    | R\$ 415,98    | -R\$ 4,02     |
|          |   |                  |        | GDAT Lei 2775/2001             | R\$ 649,74    | R\$ 656,24    | -R\$ 6,50     |
|          |   |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 245,05    | R\$ 247,51    | -R\$ 2,46     |
|          |   |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 245,05    | R\$ 247,51    | -R\$ 2,46     |
|          |   |                  |        | PI - LEI 3172/2003             | R\$ 0,00      | R\$ 59,87     | -R\$ 59,87    |
| 00988170 | Paulo Cesar de Oliveira Cruz              | Abono provisório | 092010 | VPNI Lei nº 804/94             | R\$ 15.480,54 | R\$ 16.018,33 | -R\$ 537,79   |
|          |   |                  |        | Décimos 1004/96                | R\$ 1.218,16  | R\$ 1.209,90  | R\$ 8,26      |
| 00987751 | Pedrita Maria Braille Pereira             | Abono provisório | 042002 | Décimos 1004/96                | R\$ 628,36    | R\$ 691,20    | -R\$ 62,84    |
| 0099006X | Sidnei Neri da Mata                       | Abono provisório | 032010 | VPNI Lei nº 804/94             | R\$ 5.711,14  | R\$ 7.119,05  | -R\$ 1.407,91 |
|          |   |                  |        | Décimos 1004/96                | R\$ 483,96    | R\$ 564,96    | -R\$ 81,00    |
| 00989371 | Therezinha José dos Santos                | Abono provisório | 012010 | VPNI Lei nº 804/94             | R\$ 3.280,58  | R\$ 4.504,82  | -R\$ 1.224,24 |
| 00990124 | Vicente de Paulo Lima                     | Abono provisório | 102010 | Décimos 1004/96                | R\$ 53,88     | R\$ 62,82     | -R\$ 8,94     |
| 00989053 | Vilacy Garcia Leal                        | Abono provisório | 092010 | Décimos 1004/96                | R\$ 112,61    | R\$ 149,83    | -R\$ 37,22    |
|          |   |                  |        | Décimos 1004/96                | R\$ 18,77     | R\$ 24,97     | -R\$ 6,20     |
| 00987336 | Waldemar Pio Teixeira                     | Abono provisório | 112000 | ATS                            | R\$ 293,84    | R\$ 264,22    | R\$ 29,62     |
|          |   |                  |        | Décimos 1004/96                | R\$ 89,80     | R\$ 103,56    | -R\$ 13,76    |

C:\temp\F9EB6DDE.docx

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                           |                  |        |                           |              |              |            |
|----------|---------------------------|------------------|--------|---------------------------|--------------|--------------|------------|
|          |                           |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66% | R\$ 148,34   | R\$ 133,39   | R\$ 14,95  |
|          |                           |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%       | R\$ 148,34   | R\$ 133,39   | R\$ 14,95  |
| 0098874X | Wellington Fábio de Sousa | Abono provisório | 032012 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC   | R\$ 2.104,50 | R\$ 1.638,22 | R\$ 466,28 |
| 00989835 | Yara Alves Ferreira Abreu | Abono provisório | 012012 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC   | R\$ 145,37   | R\$ 148,03   | -R\$ 2,66  |

50. Em relação às diferenças encontradas nas parcelas que deram origem a títulos de pensão, o seguinte Quadro nº 7 sintetiza os achados.

**QUADRO Nº 7**

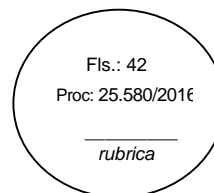
| MAT.     | NOME                                   | INSTITUIDOR                            | DOC. A CORRIGIR  | REF.   | RUBRICA                            | VALOR INCORRETO | VALOR CORRETO | DIFERENÇA  |
|----------|--|--|------------------|--------|------------------------------------|-----------------|---------------|------------|
| 01807641 | Antoniet a Xavier Brandão              | Edilberto Brandão Lucena               | Título de pensão | 062009 | Parcela excedente                  | R\$ 2.918,28    | R\$ 2.928,29  | -R\$ 10,01 |
| 01824414 | João Manoel Alves da Silva Seabra      | Fernando Eduardo da Silva Otero Seabra | Título de pensão | 022009 | Décimos 1004/96                    | R\$ 1.317,76    | R\$ 1.209,90  | R\$ 107,86 |
|          |  |  |                  |        | Total da base de cálculo da pensão | R\$ 9.043,15    | R\$ 8.935,29  | R\$ 107,86 |
|          |  |  |                  |        | Parcela excedente                  | R\$ 5.824,25    | R\$ 5.716,39  | R\$ 107,86 |
|          |  |  |                  |        | 70% da parcela excedente           | R\$ 4.076,97    | R\$ 4.001,47  | R\$ 75,50  |
|          |  |  |                  |        | Valor total da pensão              | R\$ 7.295,87    | R\$ 7.220,37  | R\$ 75,50  |
| 01824422 | Laryssa Barbosa de Sousa               | Milton Inácio de Sousa                 | Título de pensão | 092009 | Décimos 1004/96                    | R\$ 34,74       | R\$ 31,58     | R\$ 3,16   |
|          |  |  |                  |        | Total da base de cálculo da pensão | R\$ 5.115,01    | R\$ 5.111,85  | R\$ 3,16   |
|          |  |  |                  |        | Parcela excedente                  | R\$ 1.896,11    | R\$ 1.892,95  | R\$ 3,16   |
|          |  |  |                  |        | 70% da parcela excedente           | R\$ 1.327,27    | R\$ 1.325,06  | R\$ 2,21   |
|          |  |  |                  |        | Valor total da pensão              | R\$ 4.546,17    | R\$ 4.543,96  | R\$ 2,21   |
| 01584529 | Loide Madera Teixeira                  | Waldemar Pio Teixeira                  | Título de pensão | 102006 | ATS                                | R\$ 710,04      | R\$ 677,44    | R\$ 32,60  |
|          |  |  |                  |        | Décimos 1004/96                    | R\$ 98,78       | R\$ 104,70    | -R\$ 5,92  |
|          |  |  |                  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%          | R\$ 358,46      | R\$ 342,01    | R\$ 16,45  |
|          |  |  |                  |        | VP.Res 18/83 16,66%                | R\$ 358,46      | R\$ 342,01    | R\$ 16,45  |
|          |  |  |                  |        | Total da base de cálculo da pensão | R\$ 4.847,51    | R\$ 4.787,93  | R\$ 59,58  |
|          |  |  |                  |        | Parcela excedente                  | R\$ 1.431,98    | R\$ 1.390,28  | R\$ 41,71  |
|          |  |  |                  |        | 70% da parcela excedente           | R\$ 2.045,69    | R\$ 1.986,11  | R\$ 59,58  |
|          |  |  |                  |        | Valor total da pensão              | R\$ 4.233,80    | R\$ 4.192,10  | R\$ 41,70  |
| 01692666 | Maria de Fátima Nobre Pereira da Silva | Joaquim Pereira da Silva               | Título de pensão | 062008 | Décimos 1004/96                    | R\$ 181,26      | R\$ 225,98    | -R\$ 44,72 |
|          |  |  |                  |        | Total da base de cálculo da pensão | R\$ 6.120,63    | R\$ 6.165,27  | -R\$ 44,64 |
|          |  |  |                  |        | 70% da parcela excedente           | R\$ 2.157,15    | R\$ 2.188,39  | -R\$ 31,25 |
|          |  |  |                  |        | Valor total da pensão              | R\$ 5.196,14    | R\$ 5.227,38  | -R\$ 31,25 |
| 01119931 | Maria Zenaide Vieira Siqueira          | Manoel Siqueira de França              | Título de pensão | 042003 | PI - LEI 3172/2003                 | R\$ 0,00        | R\$ 59,87     | -R\$ 59,87 |
| 01546740 |  |  |                  | 042006 | VPNI Lei nº 804/94                 | R\$ 2.909,18    | R\$ 2.904,86  | R\$ 4,32   |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|  |                                 |                     |                  |                                    |              |              |           |
|--|---------------------------------|---------------------|------------------|------------------------------------|--------------|--------------|-----------|
|  | Marieta de França Antunes Silva | Pedro Luiz da Silva | Título de pensão | ATS                                | R\$ 146,81   | R\$ 151,13   | -R\$ 4,32 |
|  |                                 |                     |                  | Décimos 1004/96                    | R\$ 79,02    | R\$ 83,76    | -R\$ 4,74 |
|  |                                 |                     |                  | Total da base de cálculo da pensão | R\$ 4.619,82 | R\$ 4.624,56 | -R\$ 4,74 |
|  |                                 |                     |                  | Parcela excedente                  | R\$ 1.818,26 | R\$ 1.823,00 | -R\$ 4,74 |
|  |                                 |                     |                  | 70% da parcela excedente           | R\$ 1.272,78 | R\$ 1.276,10 | -R\$ 3,32 |
|  |                                 |                     |                  | Valor total da pensão              | R\$ 4.074,34 | R\$ 4.077,66 | -R\$ 3,32 |

51. O Quadro seguinte, de nº 8, sintetiza as diferenças encontradas em abonos provisórios, títulos de pensão e últimas remunerações que se entende ser possível serem relevados, em razão do falecimento de aposentado ou pelo fato de se tratar de pensão temporária, cujo pensionista já foi excluído.

**QUADRO Nº 8**

| MAT.     | NOME                           | INSTITUIDOR               | DOCUMENTO A CORRIGIR                     | REF.   | RUBRICA                        | VALOR INCORRETO | VALOR CORRETO | DIFERENÇA   |
|----------|--------------------------------|---------------------------|--|--------|--------------------------------|-----------------|---------------|-------------|
| 00988251 | Cleide Ferreira de Araújo      | Não se aplica             | Desnecessidade - Aposentado falecido     | 112000 | ATS                            | R\$ 508,58      | R\$ 459,59    | R\$ 48,99   |
|          |                                |                           |  |        | ATS                            | R\$ 1.043,41    | R\$ 989,53    | R\$ 53,88   |
|          |                                |                           |  |        | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 207,24      | R\$ 209,31    | -R\$ 2,07   |
|          |                                |                           |  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 325,87      | R\$ 294,49    | R\$ 31,38   |
|          |                                |                           |  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 668,58      | R\$ 634,06    | R\$ 34,52   |
|          |                                |                           |  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 325,87      | R\$ 294,49    | R\$ 31,38   |
|          |                                |                           |  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 668,58      | R\$ 634,06    | R\$ 34,52   |
| 00987336 | Waldemar Pio Teixeira          | Não se aplica             | Desnecessidade - Aposentado falecido     | 092006 | ATS                            | R\$ 710,04      | R\$ 677,44    | R\$ 32,60   |
|          |                                |                           |  |        | VPNI Lei nº 4584/11-DEC        | R\$ 98,78       | R\$ 104,70    | -R\$ 5,92   |
|          |                                |                           |  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 358,46      | R\$ 342,01    | R\$ 16,45   |
|          |                                |                           |  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 358,46      | R\$ 342,01    | R\$ 16,45   |
| 0114992X | Ciro Siqueira Lino de Mendonça | Manoel Siqueira de França | Desnecessidade - Pensionista já excluído | 122006 | Pensão temporária              | R\$ 215,90      | R\$ 141,88    | R\$ 74,02   |
|          |                                |                           |  |        | Complemento Sal. Lei nº 804/94 | R\$ 570,49      | R\$ 832,18    | -R\$ 261,69 |
|          |                                |                           |  |        | ATS                            | R\$ 223,45      | R\$ 49,66     | R\$ 173,79  |
|          |                                |                           |  |        | GDAT Lei 2775/2001             | R\$ 496,57      | R\$ 326,32    | R\$ 170,25  |
|          |                                |                           |  |        | GDO Lei 3824/2006              | R\$ 107,95      | R\$ 70,94     | R\$ 37,01   |
|          |                                |                           |  |        | Incorp. Grat. Emp. 16,66%      | R\$ 131,01      | R\$ 162,28    | -R\$ 31,27  |
|          |                                |                           |  |        | VP.Res 18/83 16,66%            | R\$ 131,01      | R\$ 162,28    | -R\$ 31,27  |
|          |                                |                           |  |        | PI - LEI 3172/2003             | R\$ 0,00        | R\$ 59,87     | -R\$ 59,87  |

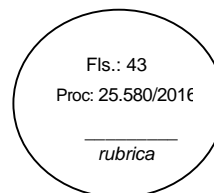
52. No que tange às diferenças de parcelas componentes das remunerações atuais recebidas até julho de 2016, o Quadro nº 9 seguinte resume os achados encontrados.

**QUADRO Nº 9**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



| MAT.     | NOME                               | INSTITUIDOR              | DOCUMENTO A CORRIGIR                   | REF.   | RUBRICA                 | VALOR INCORRETO | VALOR CORRETO | DIFERENÇA    |
|----------|------------------------------------|--------------------------|--|--------|-------------------------|-----------------|---------------|--------------|
| 0098759X | Aleixo Anderson de Souza Furtado   | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | ATS                     | R\$ 2.021,41    | R\$ 2.246,02  | -R\$ 224,61  |
|          |                                    |                          |  |        | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.778,70    | R\$ 2.300,62  | -R\$ 521,92  |
| 00987344 | Ana Cunha Souza                    | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.263,70    | R\$ 1.276,32  | -R\$ 12,62   |
|          |                                    |                          |  |        | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 130,26      | R\$ 131,57    | -R\$ 1,31    |
| 01807641 | Antonieta Xavier Brandão           | Edilberto Brandão Lucena | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | Pensão vitalícia        | R\$ 9.360,96    | R\$ 8.355,14  | R\$ 1.005,82 |
| 00988022 | Antonio Afonso Guimarães           | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.993,24    | R\$ 2.080,12  | -R\$ 86,88   |
| 00989533 | Antonio Cezar Castello Branco      | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 207,24      | R\$ 585,95    | -R\$ 378,71  |
| 00989878 | Antônio Gramacho Ramos             | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 116,24      | R\$ 120,86    | -R\$ 4,62    |
| 00987646 | Antônio Sampaio De Alencar         | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.197,96    | R\$ 1.209,90  | -R\$ 11,94   |
| 00987638 | Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 2.324,58    | R\$ 2.347,80  | -R\$ 23,22   |
| 00987778 | Cleide Maria da Costa Correa       | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.816,58    | R\$ 2.053,30  | -R\$ 236,72  |
| 00987905 | Clothildes Madera Dantas de Sousa  | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 213,44      | R\$ 215,60    | -R\$ 2,16    |
| 00989185 | Cristina Maria Ferreira Arce       | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 207,24      | R\$ 209,31    | -R\$ 2,07    |
| 00988243 | Divino Romualdo Duarte             | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 71,84       | R\$ 83,76     | -R\$ 11,92   |
| 00988588 | Edília Ferreira Miranda            | Não se aplica            | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 833,33      | R\$ 838,52    | -R\$ 5,19    |

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

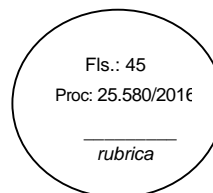


|          |                            |               |  |        |                         |              |              |             |
|----------|----------------------------|---------------|--|--------|-------------------------|--------------|--------------|-------------|
| 00987786 | Ednaldo Anselmo de Sousa   | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 71,83    | R\$ 83,76    | -R\$ 11,93  |
| 00987832 | Edson Germano de Oliveira  | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 804/94      | R\$ 7.438,33 | R\$ 7.459,43 | -R\$ 21,10  |
|          |                            |               |  |        | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.197,95 | R\$ 1.209,90 | -R\$ 11,95  |
| 00988197 | Elenice Colídio Borges     | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 129,28   | R\$ 249,71   | -R\$ 120,43 |
| 00988839 | Elvira Pereira Miranda     | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 75,14    | R\$ 96,62    | -R\$ 21,48  |
| 00988146 | Genesina Silvanía de Jesus | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | Proventos               | R\$ 3.161,00 | R\$ 3.270,00 | -R\$ 109,00 |
|          |                            |               |  |        | ATS                     | R\$ 885,08   | R\$ 915,60   | -R\$ 30,52  |
|          |                            |               |  |        | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 44,18    | R\$ 86,94    | -R\$ 42,76  |
| 00988510 | Hamilton de Almeida Ramos  | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.993,24 | R\$ 1.691,80 | R\$ 301,44  |
| 00800554 | Jane Santos Lemes          | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.594,23 | R\$ 1.584,72 | R\$ 9,51    |
| 00987735 | Jason Paranhos             | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | Proventos               | R\$ 5.821,92 | R\$ 5.821,92 | R\$ 0,00    |
|          |                            |               |  |        | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 932,23   | R\$ 941,60   | -R\$ 9,37   |
| 00988375 | João Batista Souto         | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 129,28   | R\$ 249,71   | -R\$ 120,43 |
| 00989479 | Joaquim Macedo Santos      | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 126,89   | R\$ 0,00     | R\$ 126,89  |
| 00987794 | José Barbosa de Araújo     | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 89,80    | R\$ 104,70   | -R\$ 14,90  |
| 00989673 | José Campina Vieira        | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 64,13    | R\$ 86,94    | -R\$ 22,81  |
| 00987948 | José Jorge Lima Teixeira   | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 584,30   | R\$ 588,78   | -R\$ 4,48   |
| 00988596 | José Maria Pelúcio Pereira | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 2.058,98 | R\$ 2.080,12 | -R\$ 21,14  |

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



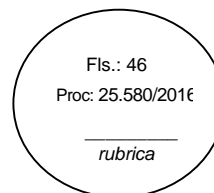
|          |   |                           |  |        |                         |              |              |               |
|----------|---|---------------------------|--|--------|-------------------------|--------------|--------------|---------------|
| 00987883 | Leonídio Luiz Medeiros Filho              | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 106,72   | R\$ 107,80   | -R\$ 1,08     |
| 01584529 | Loide Madera Teixeira                     | Waldemar Pio Teixeira     | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | Pensão vitalícia        | R\$ 7.808,07 | R\$ 7.731,22 | R\$ 76,85     |
| 0099071X | Luiza Correia Soares                      | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.277,40 | R\$ 1.290,14 | -R\$ 12,74    |
| 00990019 | Manoel Barbosa da Silva                   | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 804/94      | R\$ 3.239,96 | R\$ 3.255,80 | -R\$ 15,84    |
| 00988006 | Margarida Maria Lobo Alves da Silva       | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 691,22   | R\$ 698,12   | -R\$ 6,90     |
| 0098986X | Maria Aparecida Carneiro da Costa e Silva | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 932,23   | R\$ 941,60   | -R\$ 9,37     |
| 00990914 | Maria Beatriz Rivetti Guimarães           | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 804/94      | R\$ 2.415,28 | R\$ 2.390,94 | R\$ 24,34     |
| 00989967 | Maria Cecília Siqueira Vitorino           | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 249,34   | R\$ 251,82   | -R\$ 2,48     |
| 01692666 | Maria de Fátima Nobre Pereira da Silva    | Joaquim Pereira da Silva  | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | Pensão vitalícia        | R\$ 9.491,60 | R\$ 8.741,63 | R\$ 749,97    |
| 00988081 | Maria Lúcia Ribeiro Valério dos Santos    | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 551,95   | R\$ 557,46   | -R\$ 5,51     |
| 01119931 | Maria Zenaide Vieira Siqueira             | Manoel Siqueira de França | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | Pensão vitalícia        | R\$ 3.270,00 | R\$ 2.148,86 | R\$ 1.121,14  |
|          |   |                           |  |        | VPNI Lei nº 804/94      | R\$ 2.763,69 | R\$ 1.990,62 | R\$ 773,07    |
| 01546740 | Marieta de França Antunes Silva           | Pedro Luiz da Silva       | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | Pensão vitalícia        | R\$ 4.946,55 | R\$ 6.527,63 | -R\$ 1.581,08 |
| 00990531 | Marilene Resende de Menezes               | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 329,58   | R\$ 332,89   | -R\$ 3,31     |
| 00990248 | Milton Pacheco da Silva                   | Não se aplica             | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 239,59   | R\$ 241,98   | -R\$ 2,39     |

C:\temp\F9EB6DDE.docx

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                              |               |  |        |                         |              |              |             |
|----------|------------------------------|---------------|--|--------|-------------------------|--------------|--------------|-------------|
| 00988359 | Milton Pinheiro de Almeida   | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.970,99 | R\$ 1.986,41 | -R\$ 15,42  |
| 00988707 | Neil Dias Abrahão            | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 2.324,58 | R\$ 2.347,80 | -R\$ 23,22  |
| 00987603 | Nicodemos Manoel de Jesus    | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 125,42   | R\$ 137,39   | -R\$ 11,97  |
| 00988170 | Paulo Cesar de Oliveira Cruz | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.197,96 | R\$ 1.209,90 | -R\$ 11,94  |
| 00987751 | Pedrita Maria Braile Pereira | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 744,26   | R\$ 698,12   | R\$ 46,14   |
| 00989215 | Shirley do Carmo Costa       | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 804/94      | R\$ 4.564,94 | R\$ 4.722,38 | -R\$ 157,44 |
| 00989827 | Vanderli José Carneiro       | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 165,99   | R\$ 167,66   | -R\$ 1,67   |
| 00990124 | Vicente de Paulo Lima        | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 53,88    | R\$ 62,82    | -R\$ 8,94   |
| 00989053 | Vilacy Garcia Leal           | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 131,38   | R\$ 174,80   | -R\$ 43,42  |
| 0098874X | Wellington Fábio de Sousa    | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 1.622,03 | R\$ 1.638,22 | -R\$ 16,19  |
| 00989835 | Yara Alves Ferreira Abreu    | Não se aplica | Pagamento SGRH anteriores e sucessivos | 072016 | VPNI Lei nº 4584/11-DEC | R\$ 145,37   | R\$ 148,03   | -R\$ 2,66   |

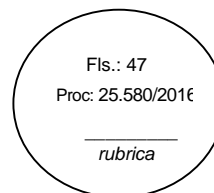
53. A avaliação do cumprimento das Decisões do TCDF que versam sobre correções posteriores, está sintetizada no Quadro nº 10 que se segue.

**QUADRO Nº 10**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

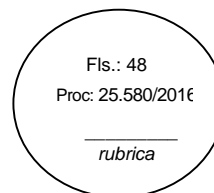


| MAT.     | PROCESSO TCDF | APOSENTADO OU PENSIONISTA          | DECISÃO TCDF | INSTITUIDOR   | CORREÇÃO POSTERIOR   | RESULTADO DA AUDITORIA   |
|----------|---------------|------------------------------------|--------------|---------------|--|--|
| 00989185 | 21830/2015    | Cristina Maria Ferreira Arce       | 4289/2015    | Não se aplica | III – determinar à jurisdicionada que avalie a conclusão do órgão de controle interno sobre o valor da parcela incorporada pela interessada com fundamento na Lei nº 1004/96, observando possíveis reflexos no abono provisório e no pagamento atual;  | A despeito da ausência de manifestação do órgão, entende-se superada a questão, visto que a incorporação das parcelas de décimos dos citados servidores foi objeto de apuração do IDHAB, lastreado em parecer da douta Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador do Distrito Federal, conforme explicitado na Instrução de Serviço nº 71, de 09/12/99, publicada no DODF de 10/12/1999 e republicada no DODF de 13/12/99. Assinale-se que eventuais impropriedades no pagamento de tais vantagens serão comunicadas ao órgão para providências. |
| 00988839 | 24104/2015    | Elvira Pereira Miranda             | 4632/2015    | Não se aplica | II – determinar que a jurisdicionada se manifeste sobre a divergência apontada pelo Controle Interno em relação ao valor das parcelas incorporadas pela inativa, adotando as medidas que porventura se fizerem necessárias, o que será objeto de verificação em futura auditoria.  |  |
| 00990299 | 7848/2014     | Francisco das Chagas do Nascimento | 5594/2014    | Não se aplica | II – recomendar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDHAB, que acompanhe o desfecho da ADIn nº 2007.00.2.000237-1, abordada no Processo nº 38.360/06, no tocante aos efeitos da Lei nº 3.881/06 e observe eventuais implicações na concessão em exame;   | Apurou-se que a referida Lei foi declarada inconstitucional pelo TJDF, conforme citado na Decisão nº 3.766/2013, ressaltando que a situação não interferiu na presente concessão.  |
| 00988146 | 33574/2009    | Genesina Silvania de Jesus         | 2675/2012    | Não se aplica | IV – determinar à jurisdicionada que elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 84 – apenso (tornado sem efeito), para considerar os proventos integrais e, no que couber, os cálculos das demais parcelas em consonância com o disposto na Decisão nº 3.577/11, o que será objeto de verificação em futura auditoria; | Verificou-se a confecção de novo abono provisório às fls. 117 do Processo nº 260.029.060/2003, contemplando as parcelas remuneratórias e classificação funcional pertinentes ao período da concessão.  |

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |            |  |           |                           |   |   |
|----------|------------|--|-----------|---------------------------|---|---|
| 00988308 | 240/2013   | Teresinha Martins Vieira                                       | 3481/2013 | Não se aplica             | II - recomendar à jurisdicionada que: (...) 2) elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 33, do Processo nº 260-029020/03-GDF, para discriminar: o período trabalhado até a data de 15/12/1998; o período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação da E.C 20/98, faltaria para atingir vinte e cinco anos de contribuição, conforme o art. 8º, § 1º, incisos I, alíneas "a" e "b", e II da Emenda Constitucional nº 20/98; 3) torne sem efeito o documento substituído; | Apurou-se que a jurisdicionada observou os termos da Decisão nº 3.577/2011, bem como confeccionou novo Mapa de Tempo de Serviço às fls. 86 e 87 do Processo nº 260.029.020/2003, nos moldes estabelecidos na determinação.                                |
| 0114992X | 33345/2009 | Ciro Siqueira Lino de Mendonça e Maria Zenaide Vieira Siqueira | 6494/2011 | Manoel Siqueira de França | III) recomendar à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, observe o disposto na Decisão nº 3.577/11 e junte aos autos da pensão declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de pensão, assinada pelos beneficiários Ciro Siqueira Lino de Mendonça e Mavinier Siqueira Lino de Mendonça, o que será objeto de verificação em futura auditoria;  | Verificou-se atendimento da diligência, conforme documentos de fls. 60 e 66 do Processo nº 260.031.630/2003.  |
| 01584529 | 32799/2009 | Loide Madera Teixeira  | 1178/2013 | Waldemar Pio Teixeira     | - observar o disposto na Decisão nº 3.577/11, no que pertine à incorporação de quintos pelo instituidor (itens IV e V, alínea "a"), bem como no cálculo da parcela VPNI da Lei nº 804/94 (item V, alínea "d"), que serviram de base para o cálculo da parcela única da pensão;  | Apurou-se que nas referidas concessões houve observância aos ditames da citada Decisão nº 3.577/2011, observando que no caso do processo do inativo Milton Pinheiro de Almeida, deverá retornar em diligência para as devidas correções, conforme citado. |

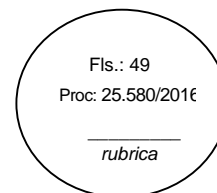
**Causas e Efeitos**

54. A SEGETH cumpriu a maioria das determinações dispostas nos processos destacados na presente auditoria. As falhas detectadas, ainda que relacionadas a parcelas pecuniárias, não representaram impacto significativo ao erário, decorrendo, por certo, de fragilidades nos seus controles internos. De toda sorte, cabe recomendação a SEGETH no sentido de promover, nos casos de percepção indevida de valores por parte





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



de inativos e pensionistas, a devolução ao erário, observando as orientações fixadas na Decisão nº 6.657/06, sem prejuízo de garantir aos interessados o direito ao contraditório e a ampla defesa, bem como a adoção de políticas de fortalecimento de seus controles internos, tendo em vista as situações listadas nos Quadros 6, 7, 8 e 9.

### 2.1.3 Proposições

55. Sugere-se ao e. Tribunal:

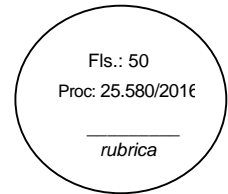
- I) tomar conhecimento do Relatório de Auditoria, bem assim dos documentos juntados ao processo eletrônico;
- II) ter por cumpridas as determinações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior constantes do Quadro 10 (fls. 47 a 48);
- III) ter por regulares os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, salvo em relação aos pagamentos dos interessados listados nos Quadros 6, 7, 8 e 9, nos quais foram indicadas as diferenças passíveis de regularização, excetuando-se as diferenças relacionadas no Quadro 8 (fl. 42) para as quais sugerimos a desnecessidade de regularização;
- IV) determinar a SEGETH/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às impropriedades de que cuidam os Quadros 6, 7 e 9, explicados no Quadro do Anexo I (fls. 52 a 75), enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem assim inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas;
- V) alertar a jurisdicionada que providencie a revisão da confecção dos abonos provisórios e títulos de pensão dos processos não disponibilizados relacionados no Quadro 2, fl. 29, o que será objeto de verificação em futura auditoria;

## 3 CONCLUSÃO





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



56. A par dos resultados apurados no decorrer dos trabalhos da presente Auditoria de Regularidade, levada a efeito na Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação – **SEGETH**, a equipe designada conclui que as recomendações de correção posterior emanadas das decisões do Tribunal foram cumpridas, em sua grande maioria, pelo órgão.

57. A conferência dos aspectos financeiros da amostra selecionada, à luz da Decisão nº 77/2007, comprovou a aderência dos pagamentos às disposições legais que regem a estrutura remuneratória do órgão, com ressalva aos pagamentos efetuados conforme demonstrados nos Quadros 6, 7, 8 e 9, fls. 38 a 46.

58. Os achados de auditoria decorrem de falhas nos controles internos, assim cabe recomendação à jurisdicionada para que adote políticas de fortalecimento de seus controles internos, conforme casos listados nos referidos quadros.

59. Por fim, embora não ligada diretamente ao objeto de auditoria, mas com reflexos na gestão de pessoas, foi apurada desatualização do regimento interno, em face a estrutura da autarquia estabelecida no Decreto nº 36.902, de 23/11/2015, o que torna imprecisa a divisão de atribuições e competências dos servidores e prejudica eventual responsabilização por erros e impropriedades, visto que não há norma atualizada a respeito.

#### **4 PROPOSIÇÕES**

60. Pelo exposto, sugere-se:

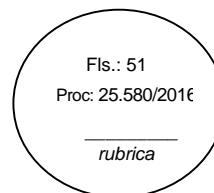
- I) tomar conhecimento do Relatório de Auditoria, bem assim dos documentos juntados ao processo eletrônico;
- II) ter por cumpridas as determinações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior constantes do Quadro 10 (fls. 47 a 48);
- III) ter por regulares os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, salvo em relação aos pagamentos dos interessados listados nos Quadros 6, 7, 8 e 9, nos quais foram indicadas as diferenças passíveis de regularização, excetuando-se as diferenças relacionadas no Quadro 8 (fl. 42), as quais sugerimos a desnecessidade de regularização;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



- IV) recomendar à SEGETH/DF que atualize seu Regimento Interno de acordo com a nova estrutura definida pelo Decreto nº 36.339/15, com as alterações dos Decretos nºs. 37.224/16 e 37.398/16, bem como observe as normas constantes do Decreto nº 29.814/08, no que concerne às diretrizes para excelência na Gestão de Pessoas, contemplando rotinas e setores de recursos humanos necessários à boa administração, inclusive prestigiando a segregação de funções;
- V) determinar a SEGETH/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às impropriedades de que cuidam os Quadros 6, 7 e 9, explicados no Quadro do Anexo I (fls. 52 a 75), enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem assim inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas;
- VI) alertar a jurisdicionada que providencie a revisão da confecção dos abonos provisórios e títulos de pensão dos processos não disponibilizados relacionados no Quadro 2, fl. 29, o que será objeto de verificação em futura auditoria; e
- VII) autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal, para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.

À consideração superior.

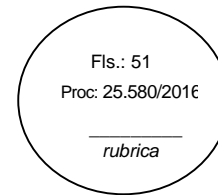
Brasília, 28 de outubro de 2016.

**Francisco Alves de Faria**  
Auditor de Controle Externo  
Matrícula nº 282-8

**Jorge Luiz Pessoa faria**  
Auditor de Controle Externo  
Matrícula nº 303-4



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



**QUADRO DO ANEXO I**

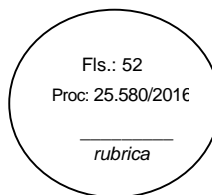
| MATRÍCULA | APOSENTADO<br>OU<br>PENSIONISTA        | COMENTÁRIOS  |
|-----------|--|--|
| 0098759X  | Aleixo<br>Anderson de<br>Souza Furtado | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) Foi considerada a incorporação de 1/5 de CNE 04, 4/10 de DF10 e 2/10 de DF12, enquanto a documentação de suporte indica o direito à incorporação de 6/10 de DF13, 1/10 de CNE04, 1/10 de DF10 e 2/10 de DF12;</p> <p>2) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, foram calculadas sobre uma base de cálculo na qual se incluiu indevidamente o valor dos décimos e do ATS;</p> <p>3) O ATS foi calculado errado, tendo em vista o reflexo do erro relativo à incorporação incorreta dos décimos;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) Na parcela de VPNI da Lei 4584/11 (décimos), há o erro reflexo decorrente da incorporação incorreta apontada no abono provisório;</p> <p>2) O ATS foi calculado errado porque não foi calculado sobre o vencimento cheio, mas sobre o vencimento a cujo valor foi aplicada a proporcionalidade de 90%.</p> |
| 0019865X  | Ana Amélia<br>Cardoso                  | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O percentual da GDO de 150% está incidindo incorretamente sobre o vencimento de 30 horas, enquanto o correto é sobre 40 horas;</p> <p>A remuneração atual está OK.</p>   |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                               |   |
|----------|-------------------------------|---|
| 00987344 | Ana Cunha Souza               | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, foram calculadas sobre uma base de cálculo na qual se incluiu indevidamente o valor dos décimos e do ATS;</p> <p>2) O ATS foi calculado sobre uma base na qual se incluiu indevidamente o valor dos décimos incorporados;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>  |
| 00988022 | Antonio Afonso Guimarães      | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor da GDAT foi calculado com base na Lei anterior vigente à data da aposentadoria;</p> <p>3) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p> |
| 00989533 | Antonio Cezar Castello Branco | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>  |

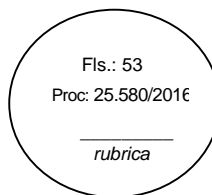
C:\temp\F9EB6DDE.docx



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                                    |   |
|----------|------------------------------------|---|
| 00989878 | Antônio Gramacho Ramos             | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>2) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p> |
| 00987646 | Antônio Sampaio De Alencar         | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>  |
| 00987638 | Ciro Voltaire Saldanha de Oliveira | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>            |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

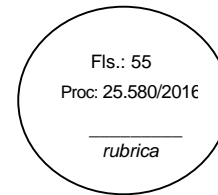
Fls.: 54  
Proc: 25.580/2016

rubrica

|          |                              |   |
|----------|------------------------------|---|
| 00988251 | Cleide Ferreira de Araújo    | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A última remuneração contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>3) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94.</p> |
| 00987778 | Cleide Maria da Costa Correa | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>  |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



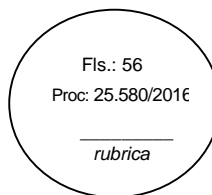
|          |   |  |
|----------|---|--|
| 00987905 | Clothildes<br>Madera Dantas<br>de Sousa | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor da complementação salarial de um abono provisório de dezembro de 2003 está usando um percentual que somente foi calculado em 2009, quando devia usar o percentual calculado em 1998;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>3) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p> |
| 00989185 | Cristina Maria<br>Ferreira Arce         | <p>Não atendida ainda a determinação do item III da Decisão nº 4289/2015.</p> <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>2) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>   |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

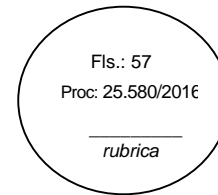


|          |                         |  |
|----------|-------------------------|--|
| 00988243 | Divino Romualdo Duarte  | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>2) O valor fixo de complementação salarial determinado pela Lei 4426/2009, a ser apurado sobre a complementação salarial em percentual que se refere a Lei 804/94 não está correto;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>2) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>  |
| 00988588 | Edília Ferreira Miranda | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>3) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p> |





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



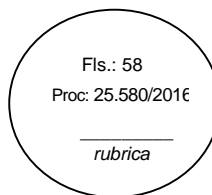
|          |                                 |  |
|----------|---------------------------------|--|
| 00987786 | Ednaldo<br>Anselmo de<br>Sousa  | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>   |
| 00987832 | Edson<br>Germano de<br>Oliveira | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>2) O valor fixo de complementação salarial determinado pela Lei 4426/2009, a ser apurado sobre a complementação salarial em percentual que se refere a Lei 804/94 não está correto;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p> <p>2) O valor fixo de complementação salarial determinado pela Lei 4426/2009, a ser apurado sobre a complementação salarial em percentual que se refere a Lei 804/94 não está correto.</p> |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

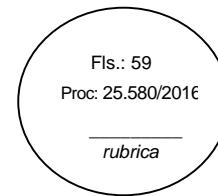
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                        |  |
|----------|------------------------|--|
| 00988197 | Elenice Colídio Borges | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor dos vencimentos está errado considerando a aplicação da proporcionalidade;</li><li>2) O erro de vencimento reflete no valor da complementação salarial da Lei nº 804/94 que está errado;</li><li>3) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</li><li>4) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94</li><li>5) O cálculo da GDAT está errado pelo reflexo do erro do valor do vencimento básico e o abono provisório está indicando erroneamente o percentual de 150% quando o correto é 210%;</li></ol> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</li></ol> |
| 00988839 | Elvira Pereira Miranda | <p>Não foi feita manifestação no processo de que trata o item II.</p> <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</li></ol> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</li></ol>   |



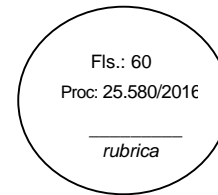
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                                  |   |
|----------|----------------------------------|---|
| 00988146 | Genesina<br>Silvania de<br>Jesus | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor dos vencimentos está errado porque não corresponde à tabela da data da aposentadoria;</li><li>2) O erro de vencimento reflete no valor da complementação salarial da Lei nº 804/94 que está errada;</li><li>3) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</li><li>4) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94</li><li>5) O cálculo da GDAT está errado pelo reflexo do erro do valor do vencimento básico;</li><li>6) O valor do ATS está errado por reflexo do erro no valor do vencimento básico;</li></ol> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</li><li>2) O valor dos proventos está errado por estar aplicando proporcionalidade;</li><li>3) O valor do ATS está calculado errado pelo reflexo do erro no valor do vencimento.</li></ol> |
| 00988510 | Hamilton de<br>Almeida<br>Ramos  | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</li></ol> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</li></ol>  |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



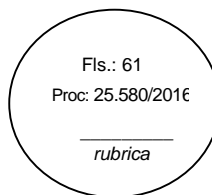
|          |                        |  |
|----------|------------------------|--|
| 00987697 | Jaime Pereira da Silva | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>1) O valor dos vencimentos está errado porque não corresponde à tabela da data da aposentadoria;</li><li>2) O erro de vencimento reflete no valor da complementação salarial da Lei nº 804/94 que está errada;</li><li>3) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</li><li>4) O cálculo da GDAT está errado pelo reflexo do erro do valor do vencimento básico;</li><li>5) O valor do ATS está errado por reflexo do erro no valor do vencimento básico;</li></ul> <p>A remuneração atual está OK.</p> |
| 00800554 | Jane Santos Lemes      | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</li></ul> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</li></ul>   |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

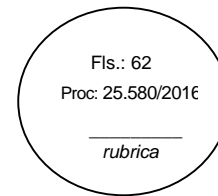
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                       |  |
|----------|-----------------------|--|
| 00987735 | Jason Paranhos        | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p> <p>2) O valor dos proventos deveria ser correspondente a 30 horas e está indevidamente correspondendo ao valor de 40 horas.</p>                                       |
| 00988375 | João Batista Souto    | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>3) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |
| 00989479 | Joaquim Macedo Santos | <p>O abono provisório está OK.</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>  |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



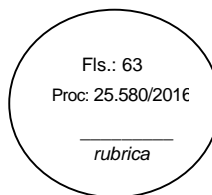
|          |                          |  |
|----------|--------------------------|--|
| 00987794 | José Barbosa de Araújo   | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</p>   |
| 00989673 | José Campina Vieira      | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>2) O valor da complementação salarial da Lei nº 804/94, expressa em percentual, não coincide com os percentuais apurados em 1998 e/ou com os percentuais apurados em abril de 2009</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |
| 00987948 | José Jorge Lima Teixeira | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>   |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



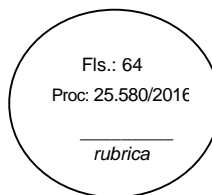
|          |                                 |   |
|----------|---------------------------------|---|
| 00988596 | José Maria<br>Pelúcio Pereira   | <p>O abono provisório está OK.</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>   |
| 0098860X | Jucélia Souto<br>Silva          | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor dos vencimentos está errado porque não corresponde à tabela da data da aposentadoria;</p> <p>2) O erro de vencimento reflete no valor da complementação salarial da Lei nº 804/94 que está errada;</p> <p>3) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94</p> <p>4) O cálculo da GDAT está errado pelo reflexo do erro do valor do vencimento básico;</p> <p>5) O valor do ATS está errado por reflexo do erro no valor do vencimento básico;</p> <p>A remuneração atual está OK.</p>  |
| 00987883 | Leonídio Luiz<br>Medeiros Filho | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se incluiu somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                                     |   |
|----------|-------------------------------------|---|
| 0099071X | Luiza Correia Soares                | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>  |
| 00990019 | Manoel Barbosa da Silva             | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor da complementação salarial da Lei nº 804/94, expressa em percentual, não coincide com os percentuais apurados em 1998 e/ou com os percentuais apurados em abril de 2009;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor da complementação salarial da Lei nº 804/94, expressa em percentual, não coincide com os percentuais apurados em 1998 e/ou com os percentuais apurados em abril de 2009.</p>   |
| 00988006 | Margarida Maria Lobo Alves da Silva | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se incluiu somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |

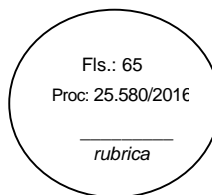




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



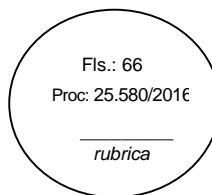
|          |  |  |
|----------|--|--|
| 0098986X | Maria<br>Aparecida<br>Carneiro da<br>Costa e Silva | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |
| 00990914 | Maria Beatriz<br>Rivetti<br>Guimarães              | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor da complementação salarial da Lei nº 804/94, expressa em percentual, não coincide com os percentuais apurados em 1998 e/ou com os percentuais apurados em abril de 2009.</p>  |
| 00989967 | Maria Cecília<br>Siqueira<br>Vitorino              | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>            |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



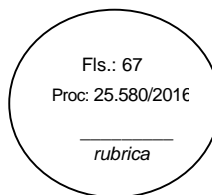
|          |  |  |
|----------|--|--|
| 00216798 | Maria Cristina<br>Garcia<br>Gonçalves<br>Pereira | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> <p>A remuneração atual está OK.</p>   |
| 00988081 | Maria Lúcia<br>Ribeiro Valério<br>dos Santos     | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor dos vencimentos está errado porque não corresponde à tabela da data da aposentadoria;<br/>2) O erro de vencimento reflete no valor da complementação salarial da Lei nº 804/94 que está errada;<br/>3) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;<br/>4) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94<br/>5) O cálculo da GDAT está errado pelo reflexo do erro do valor do vencimento básico;<br/>6) O valor do ATS está errado por reflexo do erro no valor do vencimento básico e porque foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |
| 00990531 | Marilene<br>Resende de<br>Menezes                | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>   |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



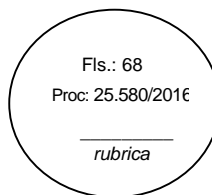
|          |                                  |   |
|----------|----------------------------------|---|
| 00988049 | Marta Bastos<br>Lacerda Santos   | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O ATS está calculado errado;</p> <p>A remuneração atual está OK.</p>  |
| 00990248 | Milton<br>Pacheco da<br>Silva    | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se incluiu somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |
| 00988359 | Milton<br>Pinheiro de<br>Almeida | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria, porque foram incorporados 2/24 de DF12 e 22/24 de DF13 em vez de décimos com base na IN 03/95 IDHAB;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>2) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>   |
| 00988707 | Neil Dias<br>Abrahão             | <p>O abono provisório está OK.</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>   |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



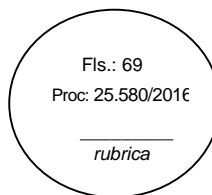
|          |                           |   |
|----------|---------------------------|---|
| 00267767 | Nélia Medeiros Brito      | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>A remuneração atual está OK.</p>  |
| 00987603 | Nicodemos Manoel de Jesus | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>  |
| 0098843X | Oriques José Moreira      | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor dos vencimentos está errado porque não corresponde à tabela da data da aposentadoria, considerada a aplicação da proporcionalidade;</p> <p>2) O erro de vencimento reflete no valor da complementação salarial da Lei nº 804/94 que está errada;</p> <p>3) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se incluiu somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94</p> <p>4) O cálculo da GDAT está errado pelo reflexo do erro do valor do vencimento básico;</p> <p>5) O valor do ATS está errado por reflexo do erro no valor do vencimento básico</p> <p>6) A parcela individual de R\$ 59,86 foi omitida indevidamente;</p> <p>A remuneração atual está OK.</p> |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



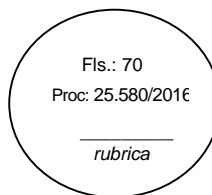
|          |                              |   |
|----------|------------------------------|---|
| 00988170 | Paulo Cesar de Oliveira Cruz | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor da complementação salarial da Lei nº 804/94, expressa em percentual, não coincide com os percentuais apurados em 1998 e/ou com os percentuais apurados em abril de 2009.</p> <p>2) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |
| 00987751 | Pedrita Maria Braile Pereira | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>  |
| 0099006X | Sidnei Neri da Mata          | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor da complementação salarial da Lei nº 804/94, expressa em percentual, não coincide com os percentuais apurados em 1998 e/ou com os percentuais apurados em abril de 2009.</p> <p>2) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual está OK.</p>  |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

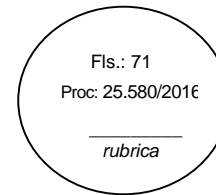
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                                  |  |
|----------|----------------------------------|--|
| 00989371 | Therezinha<br>José dos<br>Santos | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor da complementação salarial da Lei nº 804/94, expressa em percentual, não coincide com os percentuais apurados em 1998 e/ou com os percentuais apurados em abril de 2009.</p> <p>A remuneração atual está OK.</p>   |
| 00989827 | Vanderli José<br>Carneiro        | <p>O abono provisório está OK</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>  |
| 00990124 | Vicente de<br>Paulo Lima         | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |
| 00989053 | Vilacy Garcia<br>Leal            | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p> |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



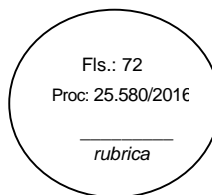
|          |                              |  |
|----------|------------------------------|--|
| 00987336 | Waldemar Pio<br>Teixeira     | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</li><li>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se incluiu somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</li><li>3) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</li></ol> <p>A última remuneração paga em setembro de 2006 contém os seguintes erros:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional;</li><li>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se incluiu somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</li><li>3) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94.</li></ol> |
| 0098874X | Wellington<br>Fábio de Sousa | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</li></ol> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</li></ol>   |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |                                      |   |
|----------|--------------------------------------|---|
| 00989835 | Yara Alves<br>Ferreira Abreu         | <p>O abono provisório apresenta impropriedades tais como:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>A remuneração atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela decorrente da aplicação da Lei nº 3172/2003, sem, portanto, a incidência da correção de valores determinada pela Lei nº 4584/2011, cujo artigo 5º, § único, foi declarado inconstitucional.</p>  |
| 01807641 | Antonieta<br>Xavier Brandão          | <p>O Título de Pensão apresenta as seguintes impropriedades:</p> <p>1) A parcela excedente está grafada incorretamente, mas o valor final da pensão está correto;</p> <p>O Valor do benefício atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor da pensão foi reajustado indevidamente. O valor atual é de R\$ 9.360,96, enquanto o valor correto é de R\$ 8.355,14.</p>   |
| 0114992X | Ciro Siqueira<br>Lino de<br>Mendonça | <p>O Título de Pensão apresenta as seguintes impropriedades:</p> <p>1) Não foi incluída a parcela de R\$ 59,87 da Lei 3.172/2003;</p> <p>2) Esse erro refletiu no valor total da pensão. O valor correto é R\$ 2.310,42 em vez de R\$ 2.250,38;</p> <p>O Valor do último benefício recebido em dezembro de 2006 contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do vencimento recebido foi calculado pelo valor integral do vencimento básico, ignorando-se a aplicação da proporcionalidade de 23/35;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>3) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se incluiu somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94</p> <p>4) O erro relativo ao valor do vencimento básico refletiu no valor do cálculo da GDAT, da GDO e da complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> |

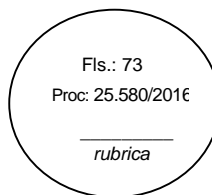




**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



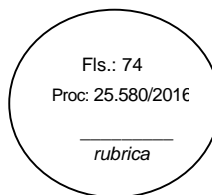
|          |   |  |
|----------|---|--|
| 01824414 | João Manoel<br>Alves da Silva<br>Seabra | <p>O Título de Pensão apresenta as seguintes impropriedades:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>2) Esse erro provoca reflexos no valor total da remuneração, da parcela excedente, de 70% da parcela excedente e do valor final da pensão. O valor final da pensão ficou em R\$ 7.295,87, enquanto que o valor correto é de R\$ 7.220,37;</p> <p>O Valor do benefício atual está OK.</p>   |
| 01824422 | Laryssa<br>Barbosa de<br>Sousa          | <p>O Título de Pensão apresenta as seguintes impropriedades:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>2) Esse erro provoca reflexos no valor total da remuneração, da parcela excedente, de 70% da parcela excedente e do valor final da pensão. O valor final da pensão ficou em R\$ 4.546,17, enquanto que o valor correto é de R\$ 4.543,96;</p> <p>O Valor do benefício atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O erro do título de pensão reflete no valor atual do benefício. O valor atual é de R\$ 6.431,45, enquanto o correto é R\$ 6.428,36.</p>   |
| 01584529 | Loide Madera<br>Teixeira                | <p>O Título de Pensão apresenta as seguintes impropriedades:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>3) As vantagens pessoais intituladas de Vantagem Pessoal Resolução 18/83 e Incorporação de Gratificação Empregado, de 16,66% cada, não foram calculadas sobre uma base na qual se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94</p> <p>4) Esses erros provocam reflexos no valor total da remuneração, da parcela excedente, de 70% da parcela excedente e do valor final da pensão. O valor final da pensão ficou em R\$ 4.233,80, enquanto que o valor correto é de R\$ 4.192,10;</p> <p>O Valor do benefício atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O erro do título de pensão reflete no valor atual do benefício. O valor atual é de R\$ 7.808,07, enquanto o correto é R\$ 7.731,22.</p> |



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL



|          |  |  |
|----------|--|--|
| 01692666 | Maria de Fátima Nobre Pereira da Silva | <p>O Título de Pensão apresenta as seguintes impropriedades:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>2) Esse erro provoca reflexos no valor total da remuneração, da parcela excedente, de 70% da parcela excedente e do valor final da pensão. O valor final da pensão ficou em R\$ 5.196,14, enquanto que o valor correto é de R\$ 5.227,38;</p> <p>O Valor do benefício atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O erro do título de pensão reflete no valor atual do benefício, além de haver erro no reajustamento da pensão. O valor atual é de R\$ 9.491,60, enquanto o correto é R\$ 8.741,63.</p>  |
| 01119931 | Maria Zenaide Vieira Siqueira          | <p>O Título de Pensão apresenta as seguintes impropriedades:</p> <p>1) Não foi incluído o valor da parcela individual da Lei nº 3172/2003, no valor de R\$ 59,87</p> <p>O Valor do benefício atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) O valor do vencimento recebido está sendo calculado pelo valor integral do vencimento básico, ignorando-se a aplicação da proporcionalidade de 23/35;</p> <p>2) O erro relativo ao valor do vencimento básico refletiu no valor do cálculo da complementação salarial da Lei nº 804/94;</p> <p>3) Esses erros estão impactando no valor atual da pensão. Considerando que o valor inicial da Pensão teria de ser R\$ 2.310,41, apurou-se um índice de reajuste de ativos de 111,72% para o benefício em tela, resultando no valor de pensão de R\$ 4.891,58, enquanto que o valor atualmente pago é de R\$ 6.785,79.</p>   |
| 01546740 | Marieta de França Antunes Silva        | <p>O Título de Pensão apresenta as seguintes impropriedades:</p> <p>1) O valor do somatório dos décimos dos cargos incorporados não coincide com o somatório dos décimos constantes da tabela vigente no momento da aposentadoria;</p> <p>2) O valor do ATS foi calculado sobre uma base na qual não se inclui somente o vencimento básico somado à complementação salarial da Lei nº 804/94, além de ter usado incorretamente o percentual de 34%, enquanto o correto é 35%;</p> <p>3) O valor da complementação salarial da Lei nº 804/94, expressa em percentual, não coincide com os percentuais apurados em 1998;</p> <p>4) Esses erros provocam reflexos no valor total da remuneração, da parcela excedente, de 70% da parcela excedente e do valor final da pensão. O valor final da pensão ficou em R\$ 4.074,34, enquanto que o valor correto é de R\$ 4.077,66;</p> <p>O Valor do benefício atual contém os seguintes erros:</p> <p>1) Não foi aplicado sobre o valor da pensão o índice de reajuste dos ativos, que no caso individual do beneficiado é de 60,08%. Assim o valor atual da pensão de R\$ 4.946,55 está incorreto, pois deveria estar em R\$ 6.527,63.</p> |